

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MÁRCIA DE BORBA ALVES**

**TRATADO DAS GENTES D'O *CONTINENTE*  
POR UMA DEFINIÇÃO DA IDENTIDADE GAÚCHA**

**PORTO ALEGRE**

**2005**

**MÁRCIA DE BORBA ALVES**

**TRATADO DAS GENTES D'O CONTINENTE  
POR UMA DEFINIÇÃO DA IDENTIDADE GAÚCHA**

**Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada, apresentada  
como quesito parcial para obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul.**

**Orientadora: Professora Doutora Márcia Ivana de Lima e Silva.**

**Porto Alegre**

**2005**

**MÁRCIA DE BORBA ALVES**

**TRATADO DAS GENTES D'O CONTINENTE  
POR UMA DEFINIÇÃO DA IDENTIDADE GAÚCHA**

**Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada, apresentada  
como quesito parcial para obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul.**

**Orientadora: Professora Doutora Márcia Ivana de Lima e Silva.**

**Dissertação aprovada com o conceito: A**

**Data da defesa: 29 de agosto de 2005.**

**Banca Examinadora:**

**Professor Doutor Antônio Sanseverino (UFRGS)**

**Professora Doutora Elizabeth Rochadel Torresini (PUCRS)**

**Professora Doutora Lucia Sá Rebello (UFRGS)**

Dedico o presente trabalho à minha família, especialmente à minha avó, Almerinda Viegas de Borba, que sempre soube relevar as ausências causadas pelo envolvimento necessário numa empreitada como esta.

Agradeço à minha orientadora, Márcia Ivana de Lima e Silva, pela amizade, paciência e pelos conselhos dados, e à professora Ana Maria Lisboa de Mello pelo incentivo.

Agradeço também à minha filha Mariana, ao meu marido César, e à minha mãe Maria Nadyr.

Aos colegas e amigos do Pós-Graduação em Letras/UFRGS e da Coordenação do Livro e Literatura/SMC, em especial a Hermes Bernardi Júnior, Márcia Bamberg e Paulo Bentancur, meus sinceros agradecimentos.

Nenhuma obra de arte pode ser estudada sem o auxílio da História, pois a verdadeira arte é um fazer história na medida em que é um refletir do ser social sobre sua própria existência. Não é história porque o autor resolveu contar o seu tempo, mas porque ele reflete sobre o seu tempo e as possibilidades de ultrapassá-lo.

Belmira Magalhães

O que deve ser deixado em aberto é como haveremos de nos repensar, uma vez tendo minado a imediação e a autonomia da autoconsciência.

Homi Bhabha

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo verificar em que medida a representação da identidade gaúcha na obra *O Continente* (1ª parte da Trilogia *O Tempo e o Vento*), de Erico Verissimo, contribui para a implantação, a continuidade ou a desconstrução do mito do gaúcho heróico, uma vez que as obras de muitos intelectuais, historiadores, críticos e escritores contribuíram para forjar a idéia de um povo heróico que desbravou ambientes inóspitos, delimitou as fronteiras do sul e escreveu sua história à ponta de lança.

Palavras-chave:

Identidade – História – *O Continente*.

## RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est de vérifier dans quelle mesure la représentation de l'identité gaúcha dans le livre *O Continente* (la première part de la Trilogie *O Tempo e o Vento*), par Erico Verissimo, a contribué pour l'implantation, pour la continuité ou pour la déconstruction du mythe du gaúcho héroïque, une foi que toutes les livres de beaucoup d'intellectuels, des historiens, des critiques et des écrivains ont contribué pour forger l'idée d'un peuple héroïque qui a ouvert des ambients sauvages, qui a délimité les frontières du Sud et qui a écrit son histoire "à couteau tiré".

Les paroles-clé:

**Identité - Histoire - *O Continente***

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	10
1. HISTÓRIA MÍTICA E LITERÁRIA _____	15
1.1 O mito de todos nós: o mito e o mito literário _____	15
1.2 Do mito à identidade _____	25
1.3 A “tradição inventada”: o gauchismo _____	29
2. TRATADO DAS GENTES D’O <i>CONTINENTE</i> _____	39
3. O PARALELO DA HISTÓRIA _____	91
CONCLUSÃO _____	104
REFERÊNCIAS _____	110
ANEXO A (Árvore Genealógica) _____	119
ANEXO B (Quadro Comparativo) _____	120
ANEXO C (Conto de Assis Brasil) _____	121

## INTRODUÇÃO

A sociedade industrializada e a sociedade pós-industrial deram origem ao mundo globalizado em que vivemos, no qual somos um número ou um cidadão do mundo, o que na prática são conceitos que não divergem entre si, mas que nos levam a uma reflexão: Quem somos, afinal, na aldeia global? Que identidade cabe a nós, brasileiros, nesse mundo de cultura de massas?

Partindo do pressuposto de que sem o regionalismo não temos, num país de dimensões continentais e cultura tão variada como o nosso, noção sequer de nacionalidade ou brasilidade, podemos diminuir nosso *corpus* de análise e fazemos então a pergunta: Quem somos nós, afinal, os gaúchos? Somos o povo estereotipado que aparece na novela das oito em Rede Nacional? Somos o tipo truculento em conflito com nossa sexualidade como fazem crer as piadas criadas a nosso respeito por brasileiros como nós? Somos mesmo iguais aos outros brasileiros?

Se, como afirma Stuart Hall (2003, p. 49), pouco a pouco as culturas regionais foram sendo subordinadas ao que alguns teóricos chamam de “teto político” da nação, em prol de uma cultura nacional e até global, no Rio Grande do Sul este processo não é tão evidente. É comum ouvirmos longas discussões a respeito de nosso “bairrismo”, de nossa prepotência e do orgulho exacerbado acerca de nosso adjetivo gentílico, discussões estas que já dão início a um movimento nacional chamado antigauchismo.

Esforços intelectuais são investidos neste tipo de reflexão sobre nossa identidade gaúcha, através de publicações<sup>1</sup>, filmes, peças de teatro, seminários, documentários etc. Tais esforços não esgotam o assunto, mas tornam a discussão mais fértil e nos dão subsídios para refletir sobre como afinal chegamos a essa caricatura do gaúcho que hoje nos é apresentada pela mídia nacional, respaldada pelos movimentos tradicionalistas gaúchos e, anterior a isso, por uma forte ideologia<sup>2</sup> relacionada à construção de nossa identidade.

Como funcionou esse processo na história e na literatura nos interessa num primeiro momento, mas como esse tema é tratado por um dos nossos mais importantes escritores, em sua obra mais significativa, segundo a crítica em geral, é o tema do presente estudo.

Segundo Zilá Bernd, Erico Verissimo pode ser considerado um daqueles autores “cuja obra revela preocupação com a reconstituição e o desvelamento de verdades escamoteadas pela história escrita dos homens a respeito das etnias fundadoras e de seu papel na constituição do ‘povo brasileiro’ e de sua identidade.” (1992, p.11). Ou seja, um intelectual humanista, preocupado em reconstruir a História de seu povo, como forma de torná-la mais aceitável como verdade. Através de sua obra, Erico levanta questões pertinentes à discussão acerca da identidade gaúcha.

(1) A coleção *Nós, os gaúchos*, organizada por Sergius Gonzaga e Luís Augusto Fischer, o *Dicionário de Portoalegrês*, de Luís Augusto Fischer, e *Estética do Frio*, de Vitor Ramil, são alguns exemplos.

(2) Ideologia aqui entendida como um instrumento de poder, de convencimento, dentro de uma concepção marxista.

*O Tempo e o Vento* é um texto épico regional, construído de forma a articular as tradições locais e a modernidade de século XX, como nos lembra Lea Masina. *O Continente*, apesar de ser apenas o primeiro tomo da trilogia, denota uma estrutura de obra já concluída tanto por apresentar suas personagens de maneira resolvida (início, meio e fim da trajetória), como por sua forma costurada através dos episódios que relatam o cerco ao Sobrado da família Terra-Cambará, em junho de 1895. Podemos afirmar que *O Continente* é a matriz sobre a qual se debruçam duas outras obras, *O Retrato* e *O Arquipélago*, respectivamente, em níveis de reflexão mais aprofundados.

Dual por conter dois planos em constante interação, *O Tempo e o Vento* faz do duplo uma de suas marcas. Nada aparece no texto sem trazer consigo seu contrário. A história contraposta ao mito, o mito contraposto à literatura, e, como seria lógico, a história justaposta à literatura, tudo para que uma face ilumine a outra e permita-nos compreender suas dualidades. Mas também para que o projeto atinja seus objetivos e, ao conhecermos nosso passado e nossos laços originais, saibamos igualmente o que é a literatura e do que ela é capaz. (BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p.48).

Além dessas características, vale sublinhar que *O Continente* é o mais marcadamente épico dos três tomos do romance e é nele que está registrado o mito fundacional, elemento essencial às discussões acerca da identidade gaúcha. Nossa hipótese é a de que Erico contribui, na realidade, para a desconstrução do mito do gaúcho, uma vez que traça um amplo painel dos vários tipos e etnias que formaram a identidade sul-rio-grandense, procedendo a um registro da diversidade, em detrimento da implantação pura e simples do mito do herói.

Já que o objetivo central deste estudo é verificar como funciona o mito heróico do gaúcho em *O Continente*, faz-se necessário clarearmos conceitos como mito, identidade e gauchismo já no primeiro capítulo. Para tanto, os referenciais teóricos utilizados acerca de mito foram basicamente os estudos de Cassirer, J. F. Bierlein, Mircea Eliade, Pierre Brunel e outros autores por eles

referidos. Com relação ao conceito de identidade, além de alguns dos autores já citados, que também utilizam este conceito devido à sua estreita ligação ao mito, trabalhamos principalmente com Stuart Hall e Zilá Bernd. Quanto ao gauchismo, as reflexões de Augusto Meyer, Daysi Albeche, Ligia Chiappini e Sandra Pesavento foram de grande valia. Como desdobramento deste conceito, tornou-se necessária uma breve revisão sobre o contexto histórico e as obras literárias que auxiliaram na instalação do mito.

Uma vez desenvolvido o apanhado teórico necessário ao estudo, procedemos à análise da obra nos capítulos 2 e 3. Quanto à metodologia de análise, optamos por seguir, na medida do possível, a ordem cronológica do romance e não aquela em que os capítulos são apresentados, excetuando-se, obviamente, os *flash-backs* utilizados como recurso de resgate de memória de várias personagens dentro de cada capítulo (e que aí permanecerão). Já que o contraponto temporal foi abandonado em benefício da cronologia ficcional, todos os episódios de *O Sobrado* serão considerados como um bloco único, contribuindo assim para uma leitura mais fluida da análise da obra.

Os capítulos Intermediários (escritos em itálico e sem título no romance) serão analisados no terceiro capítulo deste estudo, por entendermos que merecem enfoque especial. Provavelmente, pareça estranha a escolha acerca da localização desta análise após o estudo dos capítulos “principais”. Contudo, é importante salientar que, por estarem mesmo em um entre-lugar dentro do romance, os referidos capítulos Intermediários são de difícil localização na análise.

Além das reflexões finais, serão encontrados ainda alguns anexos como a Árvore Genealógica da família Terra Cambará, desenvolvida pelo escritor e crítico literário Antonio Hohlfeldt, o quadro comparativo entre os episódios da História do Rio Grande do Sul e os episódios do romance, desenvolvido pelas pesquisadoras Maria da Glória Bordini e Regina Zilberman, e o conto *Uma*

*Sessão Histórica no Partenon Literário*, do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil. Tais anexos ilustram a análise proposta, além de servirem de guia de leitura para o romance.

## 1. HISTÓRIA MÍTICA E LITERÁRIA

Uma vez que este estudo tem por objetivo explorar em que nível se dá a construção ou desconstrução do que chamaremos de mito do gaúcho em *O Continente*, 1º volume da trilogia *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo, é adequado clarearmos o conceito de mito presente neste trabalho. Para alcançarmos este objetivo, usaremos como referência os estudos do professor e escritor americano, J. F. Bierlein, na obra *Mitos Paralelos*. Neste livro, o autor faz um levantamento das acepções de mito nas várias áreas de conhecimento e nas culturas modernas, além de se debruçar sobre a questão dos mitos paralelos, mitos que, mesmo sem ocorrer influência de uma dada cultura sobre outra, apresentam os mesmos traços e temas, como é o caso do mito do herói.

### 1.1 O mito de todos nós: o mito e o mito literário

Existem muitas acepções do termo mito e seria impossível realizarmos um estudo levando em conta todas elas sem cometermos erros metodológicos e teóricos, também não podemos nos ater a apenas uma ou outra, pois corremos o risco de adotarmos postura demasiadamente simplista.

Pierre Brunel (1998) defende o “uso qualificado” da palavra mito. Brunel lembra que existem vários empregos do termo, tantos ou mais quanto as várias linguagens científicas da atualidade. Assim, veremos o que significa o termo no âmbito da etimologia ou da psicologia, por exemplo. Desta forma, é possível construirmos um sentido para o termo mito que seja adequado a este estudo, levando em consideração também o mito literário.

Podemos iniciar afirmando que não nos interessa, em sua totalidade, a concepção filosófica acerca do mito, que o relaciona à cosmogonia e lhe confere um caráter divino ou religioso, muito embora concordemos com o mitólogo e estudioso das religiões, Mircea Eliade<sup>3</sup>, quando afirma que, de certa forma, “todo o mito é ‘cosmogônico’, visto que enuncia o aparecimento de uma nova ‘situação’ cósmica ou de um acontecimento primordial, que se tornam desse modo, pelo simples fato da sua manifestação, paradigmas para todo o tempo futuro.” (ELIADE, 1993, p. 338).

Em parte, esta concepção pode servir ao nosso estudo, uma vez que consideramos ter sido ideologicamente forjada a identidade do gaúcho, inclusive tendo como instrumento a literatura sem, contudo, perder-se a característica de modificação, ao longo do tempo, das acepções iniciais do termo até a inauguração, surgimento, nascimento ou criação da identidade tal como ainda nos chega na atualidade. Ou seja, a instituição do mito do gaúcho<sup>4</sup> fundou, de uma maneira ou de outra, o modelo ainda reforçado, o que não deixa de configurar, em certa medida, a cosmogonia.

De outra via, também não vamos adotar aqui a antiga acepção dos primeiros teólogos cristãos, e que ora volta sob forma reducionista e popularmente defendida na modernidade, de mito como mentira, invenção, ficção. Entretanto, ao reconhecermos que a concepção atual do termo *gaúcho* foi forjada ideologicamente, de forma a servir a interesses políticos e comerciais, e que esta concepção foi ao mesmo tempo rechaçada ou reforçada ao longo do tempo, precisamos também reconhecer que todo este processo tem sua parte de ficção ou, como querem algumas correntes da história do Rio Grande do Sul, de mentira.

(3) O romeno Mircea Eliade (1907-1986) é considerado um dos mais importantes mitólogos da atualidade; estudioso do mito como “história sagrada”.

(4) Cabe-nos lembrar que a instauração da imagem do gaúcho, ainda vigente na atualidade, é formada a partir da figura do herói mitológico, o que será explorado mais tarde.

Também adequado ao nosso propósito seria, apesar de demasiadamente amplo, o conceito defendido por Bierlein, segundo o qual, o “mito era, e é ainda, a base da moralidade, dos governos e da identidade nacional.” (BIERLEIN, 2003, p. 19). Vemos aqui o quanto o conceito de mito pode ser útil ao de identidade. Este entrelaçamento ficará evidente quando estudarmos o mito do gaúcho, propriamente dito, ou o que chamaremos de gauchismo.

O que nos interessa, neste caso, é a acepção de mito como uma construção, não religiosa, mas ideológica, que, como o mito cosmogônico ou mito exemplar, assume o caráter de modelo a ser seguido, afinal,

Qualquer que seja a sua natureza, o mito é sempre um precedente e um exemplo, não só em relação às ações – ‘sagradas’ ou ‘profanas’ – do homem, mas também em relação à sua própria condição. Ou melhor: um precedente para os modos do real em geral. (ELIADE, 1993, p. 339).

A respeito da abrangência do mito, temos a definição da Encyclopaedia Britannica, verbete sobre *Mitos e Lendas Judaicas*: “A lenda implica em nada mais do que uma elaboração fantasiosa de fatos supostamente históricos. Ao contrário do mito, ela não transcende o pontual e o local.” (Apud BIERLEIN, 2003, p. 321)<sup>5</sup>.

E é por transcender o pontual e o local que o mito evolui, segundo Eliade: “O mito pode degradar-se em lenda épica, em balada ou em romance, ou então sobreviver, em forma diminuída, nas ‘superstições’, hábitos, nostalgias, etc., não perdendo, por isso, a sua estrutura nem seu valor.” (ELIADE, 1993, p. 352).

(5) Esta também é a diferença entre a literatura regional e a universal, sendo que o objeto deste estudo (*O Continente*) transcende o pontual e o local (regional), alcançando o universal através, principalmente, dos conflitos das personagens; tipos que, como afirma Luís Augusto Fischer, podem ser encontrados nas ruas, situação possível por sua humanidade.

Por outro viés, o da psicanálise, temos as considerações de Jung<sup>6</sup>. A esse respeito, o teórico denomina arquétipos as personagens e identifica o herói como um arquétipo comum a todos os mitos heróicos paralelos: “O conceito de arquétipo, que é um correlato indispensável à idéia de inconsciente coletivo, indica formas definidas na psique que parecem estar presentes sempre e em toda parte. A pesquisa mitológica os chama de ‘motivos’.” (Apud BIERLEIN, 2003, p. 306-307).

Na esteira da interpretação de mito estreitamente ligado à idéia de arquétipo, temos a consideração de Gilbert Durand em *As estruturas antropológicas do Imaginário*: “Entendemos por mito um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e esquemas, um tema dinâmico que, sob o impulso de um esquema, tende a organizar-se em narrativa.” (Apud BRUNEL, 2003, p. XVI).

Bierlein defende ainda, alargando o território mítico, que a vida moderna está

amplamente impregnada de mitos, de seus símbolos, linguagem e conteúdo; eles fazem parte da nossa herança comum como seres humanos. Fábulas, contos de fadas, obras literárias, épicos, histórias contadas ao redor de fogueiras e as escrituras das grandes religiões são envoltórios do mito que transcendem o tempo, o espaço e a cultura. (BIERLEIN, 2003, p. 19).

Em outras palavras, são os mecanismos que garantem sua continuidade. Uma vez reconhecida a literatura como campo fértil para os mitos e como mecanismo de divulgação e sedimentação dos mesmos, podemos clarear melhor como funciona essa fronteira (aqui considerada como local de passagem e não de delimitação territorial) entre mito e mito literário.

(6) Carl Gustav Jung (1875-1961): pioneiro suíço da psicanálise; inicialmente foi seguidor e discípulo de Freud para depois se tornar seu opositor em algumas questões, entre elas a concepção de mito.

Pierre Brunel nos lembra que o termo mito foi antes considerado como *estudo de tema*, o qual, segundo Raymond Trousson, era encontrado

quando um motivo que aparece como um conceito, um ponto de vista teórico, se fixa, se limita e se define em um ou vários personagens agindo em uma situação particular, e quando esses personagens e essa situação dão origem a uma tradição literária. (TROUSSON apud BRUNEL, 1998, p. XVIII).

O que parece ser o caso da identidade heróica do gaúcho em nosso estado. Levando-se em consideração que as características do gaúcho se assemelham em muitos aspectos às do herói mítico, é pertinente fazermos uma breve revisão de suas características.

Em relação ao herói mítico, podemos seguir o modelo apresentado por Brunel (1998: p. 467-468) e suas invariantes. Analisando várias epopéias e fragmentos épicos, o autor chega a alguns aspectos importantes. Via de regra, o herói mítico tem origem nobre ou divina, origem da qual geralmente é afastado ao nascer, o que explica o fato de que seu objetivo de vida, sua viagem, seja reencontrá-la. Para tanto, o herói passa por muitas provações, reagindo de forma corajosa ou recorrendo a forças sobrenaturais, não raras vezes, sendo reconhecido por isso como “salvador”, o que resulta na reconquista do poder original, pois, ao defrontar-se com o chefe político, o herói salvador vence a guerra e ocupa o lugar do antigo chefe.

Segundo Brunel:

Esse conflito entre o herói e o chefe político reproduz, na ordem da guerra, aquele que opõe, na ordem religiosa, o profeta ao sacerdote, o inspirado de Deus ao funcionário, a alma incandescente ao ser mesquinho. O herói, como o profeta, tende a ser associal, a escapar às leis, tanto na *Ilíada* como no *western*<sup>7</sup>. (BRUNEL, 1998, p. 469).

(7) Aliás, gênero apreciado pelo autor de *O Tempo e o Vento*, que inicialmente teria recebido o título de *Caravana*.

Contudo, a vitória do herói mítico lhe traz tamanho sentimento de invencibilidade que o faz desafiar o poder divino, sendo por seu orgulho punido com a morte. Esta poderá dar-se de duas formas: pela traição de um aliado ou inimigo ou pela conquista da liberdade, o que pode acontecer pela via do suicídio. Entretanto, é sempre reconhecida como uma vitória, já que não cabe à figura do herói a face putrefata da morte.

Já o amor, na vida do herói, tende a ser ameaçador na medida em que o afasta, ao menos temporariamente, de sua trajetória. Nesse sentido, a mulher o seduz e o enfeitiça, podendo funcionar também como um porto seguro, onde o herói pode se refazer das batalhas. No entanto, assim que surgirem outros desafios, este porto é abandonado.

Se cotejarmos esse modelo e o do gaúcho heróico, chegaremos ao denominador comum da coragem demonstrada nos eventos bélicos; da necessidade de forjar uma identidade, o que no herói mítico é representado pela busca da origem nobre; e da morte como vitória, no caso, a morte honrosa pela defesa das fronteiras, o que se traduz como principal feito do salvador.

É necessário lembrar que, quando há a passagem do mito para o mito literário, algumas características se perdem. Seguindo as “invariantes” do mito propostas por Jean Rousset e estudadas principalmente acerca do mito literário de Don Juan, temos a seguinte elaboração:

o mito literário não funda nem instaura mais nada; as obras que o ilustram são em princípio assinadas; e evidentemente o mito literário não é considerado verdadeiro. (BRUNEL, 1998, p. XVIII).

Há exemplos em que mitos literários parecem ter nascido na própria literatura, o que os torna, segundo Brunel “duas vezes literários”. Em alguns casos, a instauração do mito se dá na consciência comum e depois o mito é

registrado literariamente, mas, em outros, esta instauração se dá diretamente na literatura.

Contudo podemos afirmar que, mesmo o mito literário não tendo o poder de “fundar ou instaurar mais nada”, ele ainda suscita reflexões sobre a validade de sua tradição, sua continuidade ou degradação na medida em que se confunde, ou melhor, é a própria literatura, estando, portanto, em processo e não esgotado.

Uma outra acepção possível de ser considerada, neste caso, é a de tipo, cuja definição mais pertinente para este trabalho é a que Victor Hugo nos apresenta:

(...) o tipo vive. Se ele fosse apenas uma abstração, os homens não o reconheceriam, e permitiriam que esta sombra seguisse seu próprio caminho. A tragédia chamada de “clássica” cria fantasmas; o drama cria tipos vivos. Uma lição que é um homem; um mito com uma face humana tão plástica que parece olhar para você do espelho; uma parábola que o cutuca... os tipos são casos previstos por Deus; o gênio os concretiza. Parece que Deus parece ensinar uma lição através do homem, para inspirar confiança. O poeta caminha na rua com homens vivos; ele os escuta. Daí a eficácia dos tipos. O homem é uma premissa, o tipo uma conclusão; Deus cria o fenômeno, o gênio o nomeia. Os tipos vêm e vão em um nível comum na Arte e na Natureza; eles são os ideais realizados. O bem e o mal do homem estão nessas figuras. A partir de cada uma delas nasce, nos olhos do pensador, uma humanidade. (Apud BIERLEIN, 2003, p. 307-308).

Fica clara no discurso de Victor Hugo uma concepção divina, inclusive a respeito da criação literária, mas isso não desmerece o que, para nós, neste primeiro momento é o mais importante, e que pedimos a licença necessária para sublinharmos: “Os tipos vêm e vão em um nível comum na Arte e na Natureza; eles são os ideais realizados”, ou ainda: “O homem é uma premissa,

o tipo uma conclusão.” Temos, então, a aferição de que a literatura ao realizar, de certa forma, a idealização, dá forma ao mito literário.

Estas considerações podem nos remeter, ainda que remotamente, à concepção sociológica do mito, segundo a qual existem “tanto no mundo moderno como no passado histórico, imagens-forças (o Progresso, a Raça, a Máquina etc.) capazes de exercer um fascínio coletivo de certo modo comparável ao dos mitos primitivos” (BRUNEL, 1998, p. 731). Nesse sentido, o mito ocupa um lugar de importância no processo de coesão social, possibilitando a todos a adesão “a um mesmo esquema dinâmico” – o que garante, num outro âmbito, a manutenção identitária de um povo.

Tal manutenção tem, na linguagem, um elemento poderoso de ação. Através da afirmação de F. Max Müller<sup>8</sup> de que “a mitologia, num sentido mais elevado, é o poder exercido pela linguagem sobre o pensamento em todas as esferas possíveis da atividade mental” (Apud BIERLEIN, 2003, p. 274), podemos abrir um campo de interpretação por essa via. Ainda segundo Müller, a história não se transforma em fábula, nem a fábula é acatada como história.

#### Segundo Cassirer:

Tudo a que chamamos de mito, é, segundo seu parecer, algo condicionado e mediado pela atividade da linguagem: é, na verdade, o resultado de uma deficiência lingüística originária, de uma debilidade inerente à linguagem. Toda designação lingüística é essencialmente ambígua e, nesta ambigüidade, nesta “paronímia” das palavras, está a fonte primeva de todos os mitos. (MÜLLER apud CASSIRER, 2003, p. 18).

(8) F. Max Müller (1823-1900): lingüista inglês, estudioso dos mitos e tradutor das escrituras hindus.

Por isso mesmo, a linguagem em sua estreita ligação com o mito, é muito útil a interesses escusos às artes em geral. Não queremos, contudo, com esta observação, entrar em inflexões a respeito das funções da linguagem e, por conseqüência, da literatura, apenas reafirmar a interpretação de que a implantação do mito do gaúcho heróico através, também, da literatura pouco tem a ver com as funções desta, mas está estreitamente ligado a interesses políticos e ideológicos.

Na esfera dessas colocações, temos ainda a afirmação de que:

Tudo aquilo que no próprio mito é intuição imediata e convicção vívida, ela (a concepção mítica) converte num postulado do pensar reflexivo para a ciência da mitologia; ela eleva, em sua própria esfera, ao nível da exigência metodológica a íntima relação entre o nome e a coisa, e sua latente identidade. (CASSIRER, 2003, p. 17).

Nesse sentido é que podemos compreender mito como um pressuposto que opera na atualidade, sem, contudo, ter a força do tempo antigo. A criação do mito do gaúcho remete-nos a outro período da História de nosso estado que não o atual, mas que do passado dita certos preceitos do que deva ser seguido para a manutenção de uma dada identidade.

As muitas guerras nas quais nossos antepassados lutaram propiciaram a criação de um imaginário popular defensor dos ideais heróicos. O idealismo e a honra eram elementos essenciais para que nossos tão leais e “valerosos” soldados não sucumbissem aos horrores das guerras e aos desmandos e injustiças do poder vigente. Só os heróis sobreviveriam e entrariam para as páginas da história.

Com o passar dos anos e as delimitações das fronteiras, as guerras escassearam e o homem do sul, de caráter marcadamente bélico, precisou adequar-se às lidas do campo: o plantio, a colheita, o trabalho com o gado.

Essa transição deflagrou uma crise na identidade do gaúcho, inicialmente forjada nas guerras pela manutenção territorial. Busca-se então, no passado, referencial suficiente para ressignificar o presente e, conseqüentemente, reconstruir a identidade, utilizando-se para isso o apagamento dos vestígios pouco gloriosos do passado em questão, que passa a ser um outro, também reconstruído.

E, aqui começaremos a lidar com um conceito bastante significativo em nosso estudo, o conceito de identidade. Se o mito nos possibilita a reflexão a respeito da relação entre o nome e a “coisa”, como afirma Cassirer, se faz oportuna uma análise da etimologia, da história da palavra *gaúcho*, a partir da qual também se fará necessária uma maior clareza a respeito do termo identidade.

De acordo com Cassirer:

A identidade essencial entre a palavra e o que ela designa torna-se ainda mais evidente se, em lugar de considerar tal conexão do ponto de vista objetivo, a tomamos de um ângulo subjetivo. Pois também o eu do homem, sua mesmidade e personalidade, estão indissolavelmente unidos com seu nome, para o pensamento mítico. O nome não é nunca um mero símbolo, sendo parte da personalidade de seu portador; é uma propriedade que deve ser resguardada com o maior cuidado e cujo uso exclusivo deve ser ciosamente reservado. Por vezes, não é apenas o nome próprio, mas qualquer outra designação verbal, que é, desta forma, manejada como uma propriedade física, podendo ser como tal adquirida e usurpada. (CASSIRER, 2003, p. 68).

Inclusive o nome gentílico pode assumir esta característica, dando fundamento a reflexões sobre a identidade nacional.

Em suma, recorremos ao mito como forma de restaurarmos, através da reintegração das partes, a unidade cósmica: no caso, a identidade de um povo. Se levamos em consideração que, como afirma Jean-Claude Schmitt, o mito

possui uma função social de mobilização, um saber coletivo, ainda que imaginário e falacioso, podemos chegar à conclusão de que:

Os homens recorrem aos mitos salvadores em tempos difíceis, tempos de crise, pois estes preenchem as necessidades coletivas e individuais, sendo que não raramente se apresentam articulados artificialmente para assegurar ou veicular ideologias. (MACHADO, 1998, p. 8).

Este é também o caso do mito do gaúcho heróico.

Já vimos que o mito serve ao conceito de identidade, garantindo-lhe, muitas vezes, sua continuidade. Vamos agora ao conceito de identidade.

## **1.2 Do Mito à Identidade**

O que entendemos por identidade no mundo moderno e que, segundo propõe Stuart Hall, estaria em crise, muito nos interessa para as reflexões deste estudo. Hall afirma, a partir da noção de sujeito sociológico, que a identidade se dá a partir da “interação” entre o eu e a sociedade, ou seja, ela alinhava o sujeito à estrutura, tornando estáveis o sujeito e os mundos culturais habitados por ele, gerando uma coesão social. (HALL, 2003, p. 11-12).

Segundo Bierlein, “a identidade nacional se baseia em uma história compartilhada e nos símbolos compartilhados da nacionalidade. Base da fundação e da legitimidade dos governos, os mitos cívicos dos países unem seus cidadãos por uma aceitação de símbolos comuns.” (BIERLEIN, 2003, p. 35).

Nos dois casos a questão da identidade é da maior importância para a afirmação de um povo, tal como ele se vê e é visto. Entretanto, por ser uma

entidade abstrata, como propõe Lévi-Strauss<sup>9</sup>, a identidade não poderia ter um referencial empírico, baseado apenas na tipologia física de um povo, por exemplo. Se assim for, com certeza, será um recorte ou uma representação falha da realidade, circunscrita em um único plano de referências, quando, na verdade, esta representação deveria se dar em vários níveis, como o psicológico, o sociológico, o cultural etc.

#### Segundo Zilá Bernd, admitir

correlações imediatas entre características raciais ou geográficas, por exemplo, e a construção de uma determinada cultura, é não apenas cientificamente falso como ideologicamente perigoso e pode levar a conclusões racistas segundo as quais somente indivíduos pertencentes à raça X, ou o habitante da região Y, são capazes de produzir certos objetos culturais. (BERND, 1992, p. 14).

A autora alerta, ainda, para o risco que certas comunidades correm no processo de busca por uma identidade nos momentos de crise, o risco do etnocentrismo, ou seja, o de transformar, segundo os ensinamentos de Todorov, os valores da sociedade à qual se pertence, em valores universais. Levando-se em consideração que o conceito de identidade e o de alteridade andam unidos, este etnocentrismo provocaria certamente uma reação no outro, a qual podemos nomear no caso do presente estudo de antigauchismo.

Stuart Hall propõe alguns elementos que contribuiriam para a discussão a respeito do argumento de Benedict Anderson (Apud HALL, 2003, p. 51) de que a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. Trazemos à tela estes elementos, pois nos parecem, obviamente, pertinentes para pensarmos também a questão das identidades regionais.

(9) Lévi-Strauss nasceu em 1908 em Bruxelas, mas foi criado na França. É considerado o criador do Estruturalismo.

O primeiro elemento ao qual Hall se refere trata da narrativa nacional, tal como é representada através de histórias, eventos históricos e rituais nacionais, o que nos ligaria indiscutivelmente ao passado e daria “significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte.” (HALL, 2003, p. 52). Mais uma vez, é sublinhada a importância da narrativa, já assinalada como território fértil para a continuidade ou reflexão a respeito dos mitos.

O segundo elemento é a ênfase “nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” (HALL, 2003, p. 53) que nos dá a confortável segurança de que, apesar dos percalços da História, continuaremos a ser o povo de muitas virtudes ensaiado no tempo primordial.

A “invenção da tradição” é o elemento que mais nos interessa neste estudo. Hall cita Hobsbawm e Ranger (criadores do termo) para dizer que certas tradições apenas parecem ou alegam ser antigas e, portanto, consolidadas. Mas, na verdade, tiveram origem ou foram forjadas num passado recente:

Tradição inventada significa um conjunto de práticas (...), de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado. (HOBBSAWM e RANGER apud HALL, 2003, p. 54).

Resta a interrogação: “passado histórico adequado” a quê? A resposta não poderia ser outra que não a manutenção de uma identidade e o reforço da unidade de uma comunidade.

Hall cita ainda dois outros elementos: “o mito fundacional” que narra a origem de um povo num passado mítico tão distante que confere à narrativa o poder de adequação dessa origem a certos interesses e provoca, obviamente,

incongruências e imprecisões; e a idéia de um “povo puro e original” que manteria as mesmas características e seria formado sobre uma base única que resiste ou se mantém no poder.

O autor conclui, referindo-se ao caráter ambíguo das identidades colocadas entre o passado e o futuro na narrativa da cultura nacional, e explica que este discurso “se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso de avançar ainda mais em direção à modernidade” (HALL, 2003, p. 56). Por fim, alerta que:

freqüentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as “pessoas” para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os “outros” que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para frente. (HALL, 2003, p. 56).

É importante sublinharmos que todos estes elementos da narrativa da cultura nacional servem, muito apropriadamente, à narrativa da cultura regional, motivo pelo qual nos debruçamos mais demoradamente sobre eles.

Ainda em relação à questão identitária, é interessante ressaltarmos a contribuição que Erico Verissimo dá, com o projeto de *O Tempo e o Vento*, para a construção do lastro sobre o qual mais tarde passarão teorias inseridas numa corrente contemporânea de pensamento, como a inaugurada por Jacques Derrida, na década de 70, a Teoria Desconstrutivista, em que os pares clássicos da filosofia são questionados, propondo uma desconstrução do maniqueísmo vigente até a contemporaneidade, por exemplo. Teoria esta, aliada ao Pós-Colonialismo, estudado por Edward Said e Homi Bhabha, entre outros, e que dá conta dos movimentos de rasura das fronteiras e do conceito de entre-lugar, ocupado por indivíduos que em seus movimentos migratórios têm sua identidade transformada; entre-lugar também em que as fronteiras não são mais o limite, mas uma zona de reconstrução e criação de novos conceitos. Estas teorias, aliadas aos questionamentos acerca da alteridade,

sugerem o quanto o autor esteve à frente de seu tempo, mesmo resgatando um tema tão trabalhado como é o da saga do povo gaúcho.

Segundo Bordini:

A tese subjacente no imaginário do texto é de que o paraíso terrestre, se fosse uma possibilidade realizável entre povos diferentes, mas de boa vontade, não poderia fundar-se num projeto colonizador. Nessas circunstâncias, o acolhimento do Outro, mesmo efetuado nobremente, à custa de identidades que lutam por renunciar a si mesmas, ajustar-se umas às outras e criar pontos em comum, traz em seu âmago a semente da falência. Está, já de início, imbuído do interesse do colonizador pelo território, seja ele espiritual ou geopolítico. Essa é a vertente que Erico Verissimo, tomando “A Fonte” como ponto de partida, explora até o final de *O Tempo e o Vento*: a dos belos gestos fraudados, a dos paraísos perdidos que só a arte, em sua finalidade sem fim, pode restituir. (BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p. 64).

### 1.3 A “tradição inventada”: o gauchismo

A imagem do gaúcho heróico, valente, generoso e destemido, capaz de enfrentar o inimigo com a espada em riste de forma a defender sua terra e suas tradições; o macho, tão freqüentemente alardeado pela mídia e especialmente pela cultura local nem sempre foi desta maneira representado.

Entretanto, segundo Daysi Lange Albeche:

Os intelectuais, de uma maneira geral, aceitam como real a existência de um passado glorioso como depositário das qualidades heróicas e morais de nossa sociedade, esquecendo que estes qualificativos fazem parte da estrutura do núcleo simbólico que se repete em todo o mito do herói e que as imagens míticas do gaúcho têm um significado diferente conforme o contexto histórico em que foram elaboradas. (ALBECHE, 1996, p. 102).

Talvez a inexistência de um olhar crítico sobre este passado glorioso, a necessidade moral de que ele tivesse assim ocorrido ou interesses de ordem política e ideológica possam explicar o fato de tantos intelectuais terem trabalhado em prol da implantação do mito em questão.

Também devemos levar em consideração que, de acordo com Lévi-Strauss, a humanidade tende a pensar em termos dialéticos, ou seja, em pares opostos: deus/demônio, luz/sombra, mau/bom etc., revelando um certo maniqueísmo. Nessa esteira podemos discernir a importância da figura do herói, representando o bem contra o mal, bem como interpretar de outra maneira a reafirmação desse passado glorioso, base para fundação do mito.

Várias foram as concepções da figura do gaúcho até a sedimentação da que se tem hoje, tão variadas quanto os contextos históricos em que foram forjadas. Foi um longo caminho até chegarmos à figura romântica do gaúcho, como todo o herói, que reunia as qualidades de ser “forte, aguerrido e bravo” e nem sempre a figura literária representava, de fato, a figura real. Inicialmente, no século XIX, o termo era pejorativo e se referia a vagabundos e desordeiros que vagavam pelos “pagos” sem se subordinar à servil atividade agrária e pastoril.

Os primeiros testemunhos e registros da figura do gaúcho foram realizados por viajantes estrangeiros no início do século XIX e ainda não conferem com a figura representativa dos valores mítico-heróicos, mais tarde reafirmada pela literatura. Os franceses Saint-Hilaire e Nicolau Dreys, por exemplo, não consideravam o gaúcho como típico representante do povo rio-grandense e atribuíam ao meio geográfico suas rudes características.

A partir da Revolução Farroupilha proliferaram-se registros históricos e obras ficcionais que contribuíram fortemente para a criação e sedimentação do mito. Várias foram as razões desta constante revisita ao tema da Revolução e ao caráter heróico de seus soldados, como o viés indeciso entre o separatismo e a liberdade, aliás, campo fértil para o elemento ficcional; a extensão geográfica da região em conflito; e, principalmente, sua duração: dez anos de luta (1835–1845). Longo período em que os feitos dos participantes da Revolução andavam de boca em boca, entrando definitivamente para a tradição oral, muitas vezes tomada como fonte de inspiração literária mais tarde.

Entre as manifestações literárias sobre o período, devemos levar em consideração como fundamentais para a sedimentação do mito, o *Cancioneiro Popular*, que já se registra em plena guerra; *O Corsário* (1851), de Caldre e Fião; *O Gaúcho* (1870), de José de Alencar; e as obras de Apolinário Porto Alegre, que ainda se reportavam a um ideal calcado na Revolução Farroupilha. Em seu conto *O Monarca das Coxilhas* (1869), o gaúcho é representado dentro desse ideal romântico de coragem, força e bravura, como “o bom campeiro”, ou seja, como “símbolo da liberdade, bravura e honra que são atributos da estrutura do núcleo simbólico mítico reinterpretados com a finalidade de dar combate ao regime monárquico e não o de caracterizar o gaúcho real” (ALBECHE, 1996, p. 20). Segundo Albeche, “somente em 1877, na obra *Os Farrapos* de Oliveira Belo, é que o gaúcho aparece, pela primeira vez na literatura como símbolo rio-grandense, igualado ao núcleo simbólico do Bom Campeiro e do Monarca das Coxilhas.” (1996, p. 21). O romance é uma propaganda dos ideais republicanos e ainda tem como pano de fundo a Revolução.

A idéia de “homogeneização” do Rio Grande do Sul é característica de 1940, daí a crença de que o gaúcho heróico representa a figura real do gaúcho. Na contramão desta tendência, mais de sete décadas depois da publicação de *Os Farrapos*, é lançado *O Continente* (1949) - primeira parte da trilogia *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo, que se constitui como questionamento histórico. Vale assinalar, contudo, que o núcleo simbólico da imagem do gaúcho é reinterpretado conforme tempos históricos diferenciados dentro da obra.

Se pensarmos nas origens do mito, é importante retomarmos, ainda que brevemente, a configuração histórica em que foi instaurado. A organização inicial das missões jesuíticas - ainda um território espanhol - resultou num trabalho missionário que visava a uma civilização superior baseada na aculturação dos índios, primeiros habitantes da região. É importante atentarmos para o fato de que o principal elemento econômico no século XVIII era o couro e que a região sul era fundamental fornecedora da nobre matéria à Coroa.

O Rio Grande do Sul, antigamente chamado de Província de São Pedro, sempre teve posicionamento geográfico estratégico: dava acesso à região do Prata, o que era comercialmente interessante aos portugueses. Com o intuito de manter este acesso, o controle sobre a situação e principalmente como medida contra a preia do gado proveniente das missões e solto pelos campos, a Coroa inicia o projeto de povoação da região através da concessão de Sesmarias (grandes extensões de terra), ou seja, concedia poder aos que “investiam” na região, muitos dos quais eram homens sem lei que se apossavam das terras ou ainda requeriam sesmarias depois de se cansar da vida de aventureiros e pilhadores de estâncias e gado.

Era, pois, interessante à Coroa manter pessoas com tais experiências para defender, com seus homens, as fronteiras do extremo sul do país. Mas

não só aventureiros tornavam-se estancieiros, muitos vicentistas<sup>10</sup> também vieram parar no Continente e fundaram povoados ao redor de suas propriedades durante o século XVIII. Também os lagunistas (provenientes de Laguna em Santa Catarina) e os Açorianos desbravaram estas terras.

Os aventureiros eram chamados de “gaúchos” ou “gaudérios”, ou seja, a primeira acepção do termo tinha cunho fortemente pejorativo. Os primeiros “gaúchos” além de bandoleiros e bandeirantes, também eram fruto do estupro de índias, ou, ainda, indivíduos que ficaram sem rumo após a “dissolução” das missões jesuíticas. Eram marginais que normalmente não se sujeitavam a regras e pilhavam estâncias e propriedades, matavam e estupravam.

Entretanto, aos poucos, sua mão-de-obra fora sendo absorvida pelas estâncias onde lentamente tinham sua identidade reconstruída sob o modelo moral e militar dos estancieiros, nos quais valores, como a honra, a coragem, a honestidade, a valorização da família e a crença no direito à propriedade, eram promovidos: surgia então a figura do peão.

Com o advento de muitas guerras na região, estes peões eram seduzidos ou mesmo obrigados a lutar nas trincheiras pelas terras que não eram suas, movidos pelo ideal de igualdade e lealdade, forjado num tom claramente ufanista. Muitos, na verdade, nem sabiam pelo que lutavam. Nesse sentido, quem não se adequava à nova ordem estabelecida na região e preferia manter sua vida errante era perseguido pela já então classe dominante dos estancieiros.

(10) Vicentistas eram chamados os bandeirantes provenientes da Capitania de São Vicente. Tinham o propósito de alargar as fronteiras das terras portuguesas dentro da política de ampliação territorial, uma vez que as expedições espanholas no litoral catarinense e sul do Brasil eram constantes após o fim dos laços que uniam Portugal e Espanha.

Contudo, conforme já foi dito, o sul gozava de certas regalias junto à Coroa, pois seu efetivo era muito útil quando das guerras. Segundo a historiadora Sandra Pesavento, a partir da proclamação da Independência, esta situação foi revertida e o sul passou a ser explorado pelo centro:

Mas além do desprestígio político e econômico, que também recaía sobre outras províncias do Império inseridas à mesma época no que se convencionou chamar de 'rebeliões regenciais', havia a desvalorização militar da província. (PESAVENTO, 2003, p. 42).

Nessas circunstâncias e a partir da Revolução Farroupilha, origina-se uma "identidade regional altamente agregadora", traduzida por uma série de fatores, como os senhores de terras lutarem lado a lado com seus homens, como a proclamação da República Rio-Grandense, a criação de uma constituição própria e a instituição de símbolos específicos como o hino e a bandeira. A insurreição do sul contra o centro, contra os desmandos e a opressão, no quadro estabelecido, foi ingrediente suficiente para a criação de um mito das origens. Segundo Pesavento:

(...) Há um espaço definido: o pampa, a fronteira, os deslocamentos inerentes à guerra e à criação de gado; há um tempo idílico: a idade de ouro em que o voluntarismo não encontrava freios no poder central; e há também um sujeito, forjado por uma alta concepção de si próprio, segundo tais princípios de mobilidade e autonomia. (PESAVENTO, 2003, p. 44).

Na virada do século, o termo lentamente começa a adquirir um novo significado, passa a representar os vários trabalhadores dentro das estâncias.

A partir já da segunda metade do século XIX, o modelo heróico é adotado para representar os habitantes do sul, em primeiro lugar através da oralidade, para logo depois ser perpetuado nas narrativas escritas, assim, o caráter guerreiro, valente, enfim heróico do gaúcho vai sendo alicerçado.

É importante, nesse sentido, revisitarmos o levantamento das várias acepções do termo “gaúcho” e para que grupos elas tinham determinado sentido, registradas pelo escritor e ensaísta Augusto Meyer (2002, p. 34-35):

Acepção do termo “gaúcho”	Grupos pelos quais era adotado o sentido
Ladrão, vagabundo, contrabandista e coureador.	Para capitães-generais ou autoridades e primeiros proprietários de terras.
Bombeiro, chasque, vedeta, isca para o inimigo, bom auxiliar para o munício e remonta.	Para capitães de milícias e comandantes de tropas empenhados em guerras de fronteiras.
Lanceiro, miliciano.	Para militares das guerras de independência do Prata ou nas campanhas do sul.
Trabalhador rural, o homem afeito aos serviços de pastoreio, o peão de estância, o agregado, o campeiro, o habitante da campanha.	A contar de certo momento histórico, no Rio Grande do Sul, para o homem da cidade.
Bom ginete, campeiro destro, com tendência para identificar-se com os termos <i>guasca</i> , <i>monarca</i> .	Para os poetas populares.
Um nome gentílico	Finalmente, para todos nós

A partir da fundação da Sociedade Partenon Literário, inicia-se a sedimentação da figura do gaúcho enquanto mito heróico. A Sociedade tem papel fundamental nesta construção<sup>11</sup>; desde sua fundação, em 1868, seus sócios cantam as proezas dos habitantes do Rio Grande do Sul, reinventando um passado recente:

(11) O conto *Uma sessão histórica no Partenon Literário*, de Luiz Antonio de Assis Brasil (1997, p. 29), narra de maneira, ao mesmo tempo, crítica e bem-humorada, como teria sido a sessão da Sociedade Partenon Literário, na qual teriam ficado definidos termos como “monarca das coxilhas” e “centauro dos pampas” como sinônimos do gaúcho heróico. O referido conto consta dos Anexos deste estudo.

Nasciam as imagens do 'monarca das coxilhas', do 'centauro dos pampas', dos 'indômitos guerreiros', da 'vocação libertária', essenciais para que o Rio Grande recuperasse seu poder de barganha com o poder central. Diante de uma realidade nacional esvaziada de lutas, com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, recuperava-se pela memória a vocação, a identidade e a missão do Rio Grande do Sul, que sempre teve como moeda de troca, nos tradicionais ajustes com a Corte, o seu valor militar. (PESAVENTO, 2003, p. 45).

No início do século XX, a idéia de um gaúcho marginal está enfraquecida e a intelectualidade acaba por prestar um serviço à classe dominante, construindo a idéia do gaúcho como herói invencível que garantiu a conquista e a permanência das fronteiras gaúchas. A figura foi ideologicamente reconstruída através do apagamento dos resquícios do gaúcho marginal e da elevação dos atributos heróicos resgatados dos relatos sobre a Revolução Farroupilha.

Com a crescente modernização das atividades campeiras e o escasseamento das revoluções, o gaúcho tem sua identidade novamente em crise. A saudade do "tempo de ouro" contribui para uma reconstrução idílica do passado, reforçando a idéia do mito heróico sintetizado por valores como a liberdade; a honra; a igualdade; a hospitalidade; a coragem; o apego às tradições, à família e ao trabalho; a valentia; o senso de justiça; a virilidade e a ligação com a natureza, com o pampa que o rodeia.

Segundo Ligia Chiappini:

(...) o herói telúrico é forte e valente, porque a terra lhe dá vida suficiente para isso. E, com a pujança vital, a pujança sexual. O machismo é, em grande parte, símbolo dessa ligação e, como tal, está tingido de todos os atributos decorrentes do telurismo. A ligação é tão estreita que quem não é valente não é considerado homem e quem é homem tem que, necessariamente, mostrar valentia em todas as ocasiões. (CHIAPPINI, 1978, p. 242-243).

A partir desse processo, surge também uma outra questão: qual a situação desses gaúchos em relação aos brasileiros? Qual a relação entre a nação e a região? Os gaúchos são separatistas de fato ou exatamente por poderem “escolher” entre fazer parte do País ou se unirem às Repúblicas do Prata são, na verdade, brasileiros por legítima opção? Sandra Pesavento pesa ainda a questão da alteridade: “se processos de formação de identidade se constroem por oposição a uma alteridade, os gaúchos são diferentes e específicos com relação a quê?” (PESAVENTO, 2003, p. 46). Poderíamos dizer que “os outros” são os castelhanos, os “gauchos malos” do outro lado da fronteira que se diferenciam de “nosotros” pelo limite e não pelos atributos heróicos ou pela rotina campeira, ou seriam os outros os brasileiros que não tiveram, como nós, tão acentuada história sangrenta de luta e defesa das fronteiras?

A historiadora registra ainda as duas linhas interpretativas dos fatos em questão, reconhecidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: as dos historiadores gaúchos Alfredo Varela e J. P. Coelho de Souza. O primeiro defende que a Revolução Farroupilha foi separatista, integrando-se ao ciclo platino. O segundo a interpreta como tendo um caráter federalista, reconhecendo-a, portanto, como um projeto de integração ao Brasil. No início da década de 40, quando Getúlio Vargas governava o país, é consolidada a segunda versão da História.

Entretanto, na segunda metade do século XX, através de uma concepção marxista da História, começou-se a questionar o caráter tão marcadamente heróico do povo gaúcho. A própria Revolução Farroupilha apresentava episódios nada dignos de orgulho, como a Batalha de Porongos, por exemplo, quando os Lanceiros Negros (escravos que por acreditarem na abolição lutavam junto aos farrapos) foram traídos e vitimados. Segundo Pesavento,

Da mesma forma, demonstrou-se que o gaúcho mítico nunca existiu historicamente e que a decantada democracia dos pampas era uma construção idealizada que respondia aos interesses de legitimação das oligarquias locais. (PESAVENTO, 2003, p. 47).

É, enfim, atrás dessa identidade fragmentada, ideologizada, em crise, que vamos ao encontro da narrativa de Erico Verissimo, acreditando que a identidade deve mesmo ter a forma da narrativa, uma vez que narrar, como ensina Paul Ricoeur, é uma forma de definir-se, ou seja, “a construção da identidade é indissociável da narrativa e conseqüentemente da literatura.” (BERND, 1992, p. 17). Resta refletirmos sobre como esta construção é articulada em *O Continente*.

## 2. TRATADO DAS GENTES D'O CONTINENTE

Erico Verissimo, sem dúvida, não é unanimidade entre a crítica brasileira. A visão de um escritor bairrista e pequeno-burguês, acalentada por alguns críticos, não combina com a de um homem moderno, humanista, politicamente engajado, enfim, um intelectual da diversidade, fortemente vinculado às questões sociais como era tido por muitos outros. Fato é que o autor de *O Tempo e o Vento* foi e continua a ser um sucesso de vendas, dado corroborado pela recente compra de seu espólio por uma das maiores editoras do país<sup>12</sup>, além, é claro, da tradução de suas obras para várias línguas, inclusive as pouco comuns para as obras brasileiras, como o finlandês, o húngaro e o tcheco<sup>13</sup>.

Maria da Glória Bordini e Regina Zilberman, em *O Tempo e o Vento: história, invenção e metamorfose*, fazem um cotejamento da crítica à obra de Erico, considerando-a variada. No referido estudo, autores como Flávio Loureiro Chaves, Antonio Candido e Otto Maria Carpeaux são citados como participantes de uma tendência “de valorização canônica” de sua obra (BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p. 15). Este também é o caso da crítica Lucia Helena que classifica *O Tempo e o Vento* como romance fundacional. Para ela, é muito importante o fato de que o autor não se omite diante da:

(12) Desde 2004, os direitos de edição da obra completa de Erico Verissimo foram comprados da antiga Editora Globo (São Paulo e Porto Alegre) por uma das maiores editoras brasileiras, a Companhia das Letras, que, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do autor, iniciou uma cuidadosa reedição da obra, com a curadoria de importantes nomes da crítica brasileira que, inclusive, levaram em consideração os originais e as antigas edições.

(13) Um bom levantamento, tanto da fortuna crítica do autor, quanto das traduções de sua obra, está na publicação do Instituto Moreira Sales, intitulada *Cadernos de Literatura Brasileira: Erico Verissimo*.

(...) violência do processo colonizador, opondo-se, pois, ao romance de fundação do século XIX, de figurino alencariano, conciliatório, e ao projeto de montar alegórica e fragmentariamente a face nacional que transparece em Mário de Andrade. Percebe seu ponto de vista não-essencialista na construção ficcional da identidade do mundo gaúcho, afirmando que o centro da discussão em *O Tempo e o Vento* é sobretudo ético: está no “quanto podem ser nefastos, na postulação da nacionalidade e na existência do tecido social, o preconceito, a recusa de integrar o outro e a incapacidade de conviver com a diferença, sem reduzi-la, sem oprimi-la, nem idealizá-la. (HELENA apud BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p. 18).

A afirmação de Lúcia Helena vai ao encontro da visão de Bordini, ao ressaltar o caráter fundacional de *O Continente*, uma vez que dá conta do período entre 1745 e 1756, anos em que as fronteiras geopolíticas não eram ainda definidas e, por isso mesmo, situação ideal para forjar a figura do herói-fundador, através da instauração do mito, Pedro Missioneiro. Podemos, ainda, acrescentar as palavras de Zilberman ao afirmar que a “sobrenaturalidade de Pedro é peculiar aos heróis míticos, situando sua ação na aurora do mundo. (...) Também trata-se da história do Rio Grande do Sul, desencadeada por seu ato fundador.” (ZILBERMAN, 1992, p. 74).

Segundo as autoras do estudo, o romance *O Tempo e o Vento*, publicado entre 1949 e 1962, antecipa

uma vertente da estética pós-moderna, que, no âmbito do romance, caracterizar-se-á pela busca de revisão, desconstrução e reconstrução na narrativa histórica. (...) Ele se inscreve também na corrente que, depois dos anos 80 do século XX, se tornará mais nítida para a historiografia da literatura (...), a que se inscreve na história para alegorizar a atualidade e discutir os paradigmas por meio dos quais a sociedade se mede e avalia. (BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p. 19).

Podemos notar que o ambicioso projeto do escritor, além de pintar um panorama da história rio-grandense, partindo do microcosmo familiar Terra Cambará (em 200 anos de história), também teve como objetivo ressignificar a história da formação do Rio Grande do Sul. Segundo depoimentos do autor em *Solo de Clarineta*, foi em 1935 que, pela primeira vez, teve a idéia de escrever uma saga do Rio Grande do Sul, por ocasião do centenário da Guerra dos Farrapos. Mas havia ainda, para o escritor cruzaltense, muitas barreiras a serem vencidas, várias delas atinentes à imagem da História presente nos livros escolares, matéria séria e sem maiores atrativos, que não poderia representar a verdade da construção da identidade rio-grandense. Foi então que concluiu que “a verdade sobre o passado do Rio Grande devia ser mais viva e bela que a sua mitologia. E quanto mais examinava nossa história, mais convencido ficava da necessidade de desmitificá-la.” (VERISSIMO, 1982, p. 288-289).

O autor teve sua formação e iniciou sua trajetória de escritor em circunstâncias favoráveis para que esta desmitificação da história fosse deflagrada, afinal desde o século XIX e, especialmente, na década de 30 do século XX, proliferaram romances de cunho histórico que procuravam glorificar e enaltecer o passado heróico do povo gaúcho, principalmente pela passagem da Revolução Farroupilha. Neste contexto, Erico reage à mitificação histórica que contempla a construção ideológica do gaúcho enquanto *Centauro dos Pampas*; mas “como articular o mito como forma de expressão ao processo de desmitificação enquanto atitude perante a história”? (BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p. 28). Segundo Zilberman, o autor leva esta articulação “às últimas conseqüências, explorando-a de modo tanto vertical, em *O Continente*, como horizontal no conjunto da trilogia.” (BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p. 28).

A genealogia dos Terra Cambará tem, portanto, em sua primeira semente, a representação de uma cultura híbrida. Ora, Pedro Missioneiro, filho de uma índia, provavelmente estuprada por um bandeirante, órfão ao nascer, mas criado dentro dos preceitos religiosos das missões jesuíticas, torna-se um

homem sensível, capaz de gerar uma descendência com estas características. “Ele será o combatente e o artista, o macho gentil, o narrador criativo e sedutor, como seu último descendente em *O Tempo e o Vento*, Floriano Cambará.” (BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p. 59). No entanto, após o extermínio das missões jesuíticas, Pedro é uma ameaça, uma vez que seus ideais humanistas vão de encontro aos interesses dos colonizadores portugueses, que eram formar patrimônio a partir da propriedade da terra e da exploração do trabalho indígena.

Embora seus ideais humanísticos tenham sido sufocados ao longo da história sangrenta da formação do nosso estado (que ao forjar uma identidade tão forte como a do gaúcho histórico acaba por aniquilar alteridades ao longo do processo), Pedro deixa um filho, gerado com Ana Terra, filha de colonizadores, e que vai dar início à representação da identidade de um outro gaúcho, diferente da construção ideológica forjada no final do século XIX.

Contudo, somente em *O Retrato* e em *O Arquipélago* é que essas questões são racionalizadas, desta vez de forma espiralada, aprofundando em várias direções a história dada em *O Continente*. Neste sentido, nota-se a circularidade da obra, sugerida no título e na epígrafe e concretizada na estrutura circular da narrativa, que trará ao fim de *O Arquipélago*, Floriano Cambará, o narrador da história de Pedro Missioneiro e Ana Terra, e que recuperará de um modo ou outro a sensibilidade humanística de Pedro<sup>14</sup>.

(14) Não entraremos no âmbito da análise da personagem Floriano Cambará, uma vez que, embora atinente ao tema desenvolvido, foge ao foco proposto neste estudo que é o de analisar a construção da identidade do gaúcho em *O Continente*, primeiro volume da trilogia.

O *Continente* dá conta de um tempo mítico fundador, em que devem ser assegurados os territórios, através da formação das fronteiras, e em que também é necessária a ação pacificadora que dará legitimidade à hegemonia dos que chegaram ao poder de forma a gerar a estabilidade necessária à racionalização destas questões. O *Continente* abriga as lutas sangrentas pelas terras e pelo poder e delinea a identidade do primeiro homem a habitar estes “pagos”, tipo bem diferenciado do *Centauro dos Pampas*.

Embora a história comece por Pedro Missioneiro (*A Fonte*), nascido em terras do Continente, é interessante pensarmos a origem de outras importantes personagens do romance. Ora, o termo “gaúcho” em sua acepção mais próxima do momento histórico em que este estudo está sendo desenvolvido é a de atributo gentílico. Pois bem, vejamos o caso de Ana Terra. A moça é de Sorocaba, São Paulo. Migra com a família para tomar posse da estância conquistada por seu avô, e sonha casar-se para sair do “fim de mundo” em que vivem e, quem sabe, voltar para São Paulo. Pedro, como já vimos, é filho de uma índia e, provavelmente, de um soldado espanhol. O Capitão Rodrigo Cambará que, décadas mais tarde, chega a Santa Fé e casa-se com a neta de Ana Terra tem sua origem incerta, mas um Cambará, antepassado seu, talvez seu pai, também vem de fora do estado e une-se a filha de portugueses.

Continentinos são todos, os bugres, primeiros habitantes da terra; os negros, trazidos como escravos; os brancos vindos de muitos cantos, de outras pátrias que, se já não estavam no Continente de São Pedro, lá (aqui) chegaram influenciando a cultura local. Os outros, bem, os outros tendem a ser inimigos: os portugueses em *A Fonte*, os castelhanos (gaúchos “malos”) em *Ana Terra*, ou os outrora amigos e que agora defendem os interesses da Coroa em *O Sobrado* e, ainda, aqueles que não são aceitos por serem diferentes; aqueles que não se incorporam à cultura local, como Luzia Silva, a *Teiniaguá*, e também os que acabam influenciados pelos costumes da cidade, como o Dr.

Winter, os Schultz, os italianos, os paulistas... enfim, os que também contribuíram para o que o povo gaúcho é hoje.

Nesta profusão de etnias, a construção da identidade gaúcha na obra não poderia mesmo dar-se pela vertente ideológica e, por que não dizer, caricatural do gaúcho heróico, afinal, nem o Capitão Rodrigo Cambará, que não representa a totalidade do universo masculino das personagens, corresponde por completo a essa expectativa. Se dá, sim, pelo viés da guerra, pelo jeito como reage à guerra o povo que habita o Continente de São Pedro, a última e a mais sangrenta instância do país; ou pela aceitação do outro, do estrangeiro, o que ameaça a pacata vida de Santa Fé; ou, ainda, pelo olhar sociológico do Dr. Winter, pelo olhar religioso dos Padres ou o olhar ladino, escolado pela vida, de Fandango. Como o habitante de Santa Fé (microcosmo que representa todo o estado, pelo menos a faceta do estado que nos interessa neste momento histórico) constrói sua própria imagem, como se vê diante do outro, neste caso a Corte? Qual o código de postura, melhor seria dizer de honra, adotado pelo povo gaúcho, homens e mulheres? O que diferencia e une as duas matrizes de identidade adotadas pelo autor, os Terra e os Cambará? Estas são questões pertinentes para uma busca pela identidade gaúcha inscrita no romance.

Iniciemos, pois, a análise pelo capítulo *A Fonte*, que instaura o mito fundacional.

### *A FONTE*

Criado em uma missão jesuítica, Pedro Missioneiro é filho da mistura de raças que começa a acontecer no sul do país. O menino é educado sob a égide do humanismo: aprende línguas, artesanato, os ideais religiosos de Padre Alonzo e os ideais de libertação de seu povo indígena. Tem por modelo, ao mesmo tempo, Nossa Senhora (a quem alcunha de Rosa Mística) e Sepé

Tiaraju, o bravo guerreiro com um lunar na testa, tirado pelo autor das páginas da história sul-rio-grandense. Nesse tempo primordial existe a esperança de instauração de uma civilização perfeita, representada pelos ideais jesuítas.

Alonzo, que apadrinha Pedro e tem pelo rapaz afeto especial, se junta à ordem jesuítica como forma de purgar seus pecados: a morte do marido da mulher que amava. Ocorre que Alonzo não chega a matar o homem que se chamava Pedro; ao chegar ao local do crime, ele já está morto. Mas o punhal, que seria a arma usada no assassinato, acompanha Alonzo como signo de sua culpa. Esta arma será a mesma que Pedro Missioneiro levará ao fugir das missões e que atravessará todo o romance nas mãos dos homens da família Terra Cambará. Este objeto, a exemplo da tesoura que fora de Dona Henriqueta e que também acompanhará as mulheres a cortarem cordões umbilicais pela vida à fora, funciona como símbolo do que fica, do tempo, da circularidade da história.

Temos aqui nosso primeiro herói: filho de uma índia; de paternidade incerta; criado por um padre vindo de um outro país para pagar por um pecado que não cometeu; batizado com o nome do homem que seu padrinho teria matado se chegasse a tempo; educado pela via ambígua do sincretismo religioso, para a paz pelos padres, para a guerra pelos índios; um selvagem que fora ensinado a ler, a escrever, a falar várias línguas, a tocar flauta e forjar armas. O homem que portava o punhal.

Com a destruição das missões, Pedro foge e se junta aos guerreiros de Rafael Pinto Bandeira. Depois de muitas andanças, é ferido em combate e, procurando um lugar seguro, perde a consciência perto do rancho de Ana Terra.

## ANA TERRA

A vida dos primeiros habitantes brancos do Continente é penosa e difícil. Sem recursos, morrem por qualquer motivo, no meio do nada. A história dos Terra representa bem as agruras destes desbravadores, gente simples, sem o mínimo de instrução, pessoas que acreditam no trabalho como única maneira de sobrevivência e único objetivo de vida. Vivem no mais absoluto desterro.

Às vezes era até bom mesmo que eles vivessem isolados, porque quando aparecia alguém era para trazer incômodo ou perigo. (...) A princípio tinham sofrido os castelhanos, que dominaram o Continente por uns bons treze anos e que de tempos em tempos surgiam em bando, levando por diante o gado alheio, saqueando as casas, matando os continentinos, desrespeitando as mulheres. De quando em quando grupos de índios coroados desciam das bandas da Coxilha do Botucaraí e se vinham da direção do rio, atacando estâncias e os viajantes que encontrassem no caminho. Havia também as “arriadas”, partidas de ladrões de gado, homens malvados sem rei nem roque, que não respeitavam a propriedade nem a vida dos estancieiros. (VERISSIMO, 1998, p. 74)<sup>15</sup>.

A mãe de Ana, Dona Henriqueta, é neta de portugueses e o pai, Maneco, de bandeirantes. O avô de Ana, Juca, havia recebido terras no Rio Grande de São Pedro e seu sonho de tomar posse delas só foi concretizado pelo pai de Ana. A família de Ana Terra viera de Sorocaba, São Paulo. Maneco Terra definitivamente não é da estirpe dos homens que adoram guerrear. Pelo contrário, crê que ofício digno de um homem é trabalhar nas lavouras, e reflete referindo-se a Rafael Pinto Bandeira: “---- Patriota? Ele está mais é defendendo as estâncias que tem. O que quer é retomar suas terras que os castelhanos invadiram” e arremata: “Pátria é a casa da gente” (p. 76), pondo por terra os ideais militares e patrióticos que embasam a construção do gaúcho heróico.

(15) Todas as citações do romance pertencem à edição constante das Referências. Doravante serão indicadas apenas as páginas.

Os homens que chegam ao Continente para trabalhar na terra acabam por se amalgamar a ela, tendo sua identidade confundida com suas intempéries e entrando num processo de animalização, segundo o que reflete Dona Henriqueta:

E quanto mais o tempo passava mais o marido e os filhos iam ficando como bichos naquela lida braba – carneando gado, curando bicheira, laçando, domando, virando terra, plantando, colhendo e de vez em quando brigando de espingarda na mão contra índios, feras e bandidos. Parecia que a terra ia se entranhando não só na pele como também na alma deles. (p. 79).

Não sabem ler, nem escrever, não têm calendário ou relógio, controlam o tempo do plantio e da colheita primitivamente pelos sinais da natureza e nutrem um certo orgulho disso:

--- Aqui ninguém sabe ler. Maneco Terra diz dirigindo-se a Pedro Missioneiro. Pronunciou estas palavras sem o menor tom de desculpa ou constrangimento: disse-as agressivamente, com uma espécie de feroz orgulho, como se não saber ler fosse uma virtude. (p. 83).

Além disso, podemos levar em conta outros aspectos relacionados à alteridade e que servem para delinear um pouco mais essa identidade gaúcha. O modo como os continentinos reagem aos outros, mesmo que não sejam inimigos, é um modo entre desconfiado e hospitaleiro, como se a hospitalidade fosse uma questão de honra ou humanidade em “pagos” longínquos como aqueles e a desconfiança fosse uma questão de segurança e até mesmo de sobrevivência. Tudo que é diferente é considerado uma ameaça, aliás, a tolerância à diferença é quase nula ao longo do romance.

Nos seguintes trechos, o elemento de diferença - e de conseqüente rejeição - é a voz e o jeito de falar. Ana Terra sente-se desconfortável na presença de Pedro Missioneiro: “Ao ouvir-lhe a voz, Ana sentiu um calafrio desagradável. Aquela voz lhe fazia mal: era doce demais, macia demais; não podia ser voz de gente direita...” (p. 87). O que também acontece com Maneco

Terra que, mesmo sendo neto de portugueses, não simpatiza com aquele povo. Reconhece que são trabalhadores, ordeiros e que têm o dom para trabalhar com a terra, mas acha “detestável sua fala cantada e o jeito como pronunciavam certas palavras.” (p. 95).

E o encanto não reconhecido que Ana nutre por aquele homem tão diferente dos homens da família Terra traduzia-se em estranhamento, afinal Pedro é o outro, o estrangeiro no mundo tão limitado da estância: “Pedro era sujo. Pedro era mau”. (p. 96). Após a relação proibida que gerou uma gravidez, Pedro é morto pelo pai e pelos irmãos de Ana. Pedrinho Terra nasce sem pai. Tem no sangue o resquício de uma civilização humanista, as origens das fundações jesuíticas, de certa forma do mito fundacional. Mas Pedro é criado sob o jugo dos Terra. Reconhecendo como único objetivo de vida o trabalho na lavoura, como único contentamento, a promessa do trigo, através de seu referencial masculino, o avô; e da força de sua mãe.

Anos mais tarde, depois de já ter perdido a mãe, e de Horácio, um de seus irmãos, ter casado e ido morar em outro lugar, Ana perde também o pai e seu outro irmão, além do rancho e de todos os seus pertences. É estuprada e obrigada a enterrar seus mortos, depois de um ataque castelhano à estância. Não há mais como ficarem ali; duas mulheres e duas crianças seriam alvo fácil de novos ataques. Ao chegar em Santa Fé, com o filho, a cunhada e a sobrinha, Ana ouve muito falar sobre o Coronel Ricardo Amaral, chefe político do lugar, dono de todas as cercanias, disposto a fundar uma comunidade em suas terras.

É interessante notarmos como a descrição do Cel. Amaral se assemelha à de Chico Rodrigues ou Chico Cambará, principalmente se imaginarmos que seu projeto de requerer sesmarias e virar estancieiro tenha se concretizado. Chico é uma das personagens que analisaremos melhor nos capítulos intermediários, mas devemos lembrar que ele é antepassado, talvez pai, do

Capitão Rodrigo Severo Cambará, que mais tarde se casará com a neta de Ana Terra, Bibiana.

Segundo o Cel. Amaral:

---- Criação é que é trabalho pra homem. Lavoura é coisa de português. Falava com certo desdém dos açorianos que vira em Rio Pardo, Porto Alegre e Viamão, com suas barbichas engraçadas, seus olhos azuis e fala esquisita. Para Ricardo, trabalho manual era para mulher ou para negro. Um homem bem macho devia saber manejar a espada, a lança, a espingarda e a pistola, entender de criação e ser bom cavaleiro. Não compreendia que se pudesse viver sempre com os pés no chão, agarrado ao cabo duma enxada ou exercendo um ofício sedentário. Para ele o comércio tinha qualquer coisa de indigno e desprezível. (p. 134).

Sua visão não se distancia muito daquela que o Capitão Rodrigo terá, anos mais tarde ao chegar em Santa Fé.

Muito tempo depois, Licurgo, bisneto de Pedro Terra, refere-se ao Cel. Amaral como um homem que “Começara a vida como ladrão de gado e mandara matar e surrar muita gente, passando por cima de todas as leis.” (p. 581). Assim, o Capitão Rodrigo e o Coronel Ricardo têm origens semelhantes, são homens da mesma estirpe apesar de estarem em lados opostos, e reconhecem, um no outro, um adversário à altura, ou seja, um “macho guerreador”. Inclusive, a descrição física do Cel. Amaral lembra, de certa forma, a descrição de Rodrigo. O Cel. Ricardo Amaral era

um homem alto e corpulento, desempenado apesar de andar já por volta dos setenta. Tinha o rosto trigueiro, o olhar de ave de rapina, o nariz largo e purpúreo, os lábios grossos e rosados escondidos sob um bigode branco e esfabripado como algodão. (p. 135).

O Coronel representa o poder máximo em Santa Fé, é comandante militar, juiz de paz e conselheiro, sabe ler e escrever. Pedrinho Terra o considera um “velho bonito” mas teme suas botas negras.

Os atributos de Amaral, no entanto, não espantam Ana Terra. Esta acha, como seu pai, que as pessoas podem muito bem ser honradas e viver sem saber ler e escrever. O que espanta Ana é perceber como o filho Pedro se parece fisicamente com Pedro Missioneiro, mas psicologicamente com o avô Maneco Terra: “Engraçado! Maneco Terra e o homem que ele mandara matar agora se encontravam no corpo de Pedrinho.” (p. 139). E ao concluir que espelho “é coisa do diabo (...). Quem tinha razão era seu pai.” (p. 140), Ana dá continuidade às características dos Terra de não se perguntarem qual seu lugar no mundo, de nem ao menos se reconhecerem, personalidades sisudas, fechadas, raízes firmemente plantadas em solo profundo, sem contudo terem feições definidas por serem ainda identidades em formação.

Os anos passam e irrompe a primeira guerra para a qual Pedro Terra é recrutado. O rapaz não está excitado nem feliz com a expectativa da partida, é diferente de outros homens que, “com exceção dos escravos, pareciam muito contentes, como se se estivessem preparando para um fandango. Um deles até cantava.” (p. 141). Pedro, ao contrário, estava pálido, “sabia como era a guerra. Não tinha nenhuma ilusão.” (p. 151).

As mulheres sofrem por seus homens que partem para luta e sabem que a espera será longa. Ana Terra chega a discutir com o Cel. Amaral sobre a ida de Pedro para a guerra, mas não tem força suficiente para convencer o velho coronel:

Teve ganas de dizer que não tinha criado filho para morrer na guerra nem para ficar aleijado brigando com os castelhanos. Guerra era bom para homens como o Cel. Amaral e outros figurões que ganhavam como recompensa de seus serviços medalhas e terras, ao passo que os pobres soldados às vezes nem o soldo recebiam. (p. 142).

O que o Cel. Amaral responde para Ana bem poderiam ser palavras do Capitão Rodrigo, se o capitão chegasse à idade do velho: “----- Estou com setenta anos e prefiro mil vezes morrer brigando do que me finir aos pouquinhos em cima numa cama!” (p. 142). No entanto, esse perfil bélico presente na fala do Cel. Amaral e, mais tarde, na do Capitão Rodrigo não é consenso. Nem sempre a guerra é sinônimo de satisfação e orgulho. As condições dos soldados são desumanas. De acordo com o relato de Chico Amaral, filho do Cel. Ricardo, sobre conversa que tivera com o chefe de esquadra, Silva Gama, comandante do Continente, a situação era difícil:

(...) E me contou muito em segredo que faz quase dez anos que a Corte não manda pagar os soldados do Rio Grande. ‘Vosmecê sabe melhor do que eu, major’ – ele me disse - ‘o que esses pobres-diabos passam. Nem uniforme têm, andam de pés no chão e nesta última guerra brigaram até com lanças de pau, por falta de arma de fogo!’ (p.147).

E explode uma nova guerra. A família Terra tem um posicionamento crítico em relação a isso. Ana, ao saber dos rumores de que D. João pretende apossar-se da Banda Oriental, diz: “ ---- Isso é falta de serviço. Se esse homem tivesse de trabalhar como a gente, de sol a sol, não ia se lembrar de invadir terra alheia.” (p. 151). Já o Capitão Rodrigo, se tivesse tido a oportunidade de conhecer Ana Terra e de conversar com a velha a este respeito, muito contente, defenderia que sem as guerras não há graça na vida.

### *UM CERTO CAPITÃO RODRIGO*

O Capitão Rodrigo Severo Cambará é lido por muitos críticos como o estereótipo do gaúcho heróico. Entretanto em muitas passagens afasta-se da figura do *Centauro dos Pampas* e chega a desnudar-se, mostrando-se um homem contraditório, que muitas vezes luta contra seus sentimentos e não corresponde fielmente ao gaúcho idealizado ao longo da história.

Rodrigo causa estranheza em Santa Fé. Não pode ser de outra forma, ele é o “outro”, o forasteiro. Mesmo tentando integrar-se à pacata vida local devido ao cansaço de suas recentes andanças e ao interesse que nutre por Bibiana Terra, Rodrigo representa uma ameaça, é um homem do mundo, alguém que pode acabar com a paz em Santa Fé.

De origem insabida, como muitos continentinos, Rodrigo é descrito como um homem bonito, com “olhar de gavião que irritava e ao mesmo tempo fascinava as pessoas” (p. 171), e na casa dos trinta anos quando chega ao povoado. Usa bigodes, tem os olhos claros, cabelos castanho-escuros e ondulados, nariz reto e fino, “beiços dum vermelho úmido, meio indecente e o queixo voluntarioso” (p. 174), e tem na voz “um tom grave e ao mesmo tempo metálico.” (p. 174).

O Capitão incita sentimentos contraditórios nas gentes de Santa Fé: é desafiador e simpático ao mesmo tempo, é cômico e estourado. É extremado em suas posições e atitudes e o admite: “---- Não tenho meias medidas. Ou é oito ou é oitenta”. (p. 172). O primeiro olhar sobre Rodrigo é o de Juvenal, filho de Pedro Terra e irmão de Bibiana. Para ele, Rodrigo tem “olhos de ave de rapina” e é atrevido, além do mais, “aquele violão a tiracolo também lhe inspirava desconfiança. Nunca tivera simpatia por homem que vivia gauderando.” (p. 174). Entretanto, arremata da maneira mais condescendente possível: “Enfim, é preciso haver de tudo um pouco neste mundo - concluiu” (p. 174), aceitando a diversidade.

Ainda na visão de Juvenal Terra, Rodrigo é “prosa”, “fanfarrão”, “altivo”, “provocante”, “simpático” e “tem ar de superioridade no olhar”. Aliás, o olhar do forasteiro incomoda muito a Juvenal, exatamente por ressaltar a diferença entre eles: “Juvenal sempre desconfiara de homem de olho azul” (p. 174), principalmente se ele tiver cara de “macho insinuante”. Rodrigo exerce, sem dúvida, magnetismo sobre as pessoas. Vê a guerra como diversão e adora

contar vantagem, especialmente do ponto de vista sexual. É anarquista em certa medida, pois acredita que é divertido lutar contra o governo, tenha ele razão ou não. Rodrigo estranha que Juvenal aos 25 anos nunca tenha participado de uma guerra e conta ao recente amigo que já lidou com gado e que ganhou um bom dinheiro com isso, dinheiro que talvez investisse numa vida menos andarilha, como o projeto de casar e ter filhos.

Juvenal, como Terra que é, discute com o Capitão sobre o modo correto de levar a vida, ao que Rodrigo responde:

Escuta o que eu vou le dizer amigo. Nesta província a gente só pode ter como certa uma coisa: mais cedo ou mais tarde rebenta uma guerra ou uma revolução. – Atirou ambos os braços para o lado, num gesto de despreocupação. – Que é que adianta plantar, criar, trabalhar como burro de carga? O direito mesmo era a nossa gente nunca tirar o fardamento do corpo nem a espada da cinta. (p. 179).

Rodrigo adora uma “peleia”, mas sabe ser bom perdedor e ainda reconhece suas próprias misérias. Sobre o combate do Rincón de las Gallinas, comenta:

---- Apanhamos que nem boi ladrão. (...) ---- Foi um deus-nos-acuda (...). Nunca vi tanta miséria. Soldados de pé no chão, sem uniforme, alguns quase nus, só cobertos pelo poncho. Eram uns diabos piolhentos e sujos mas justiça seja feita, na hora de brigar esqueciam a fome, o frio, tudo, e chegavam a pelear se rindo e gostando. (p. 180).

Para espanto de Juvenal, conta inclusive que foge das tropas do Marquês de Barbacena quando as coisas andam muito paradas, pois precisa estar sempre lutando: “---- Vosmecê já viu peixe fora d’água? Pois aqui está um. Na paz me sinto meio sem jeito.” (p. 182).

Pedro Terra, pai de Juvenal e Bibiana, não gosta de Rodrigo, assim como também não gosta dos Amaral, acha-os “prepotentes, vaidosos e

gananciosos.” (p. 186). Pedro, como os homens da família da sua mãe, é um homem seco, sério, sem ilusões nem esperanças, um homem que não vê prazeres na guerra. Sente ainda vestígios das batalhas em que lutara: dores e doenças. Achava que “aquela era a sina dos habitantes da Província de São Pedro. Pagavam muito caro por viverem tão perto da fronteira castelhana.” (p. 193).

Na filha, Bibiana, Pedro Terra reconhece características de sua mãe, Ana, afinal a menina era voluntariosa, teimosa, orgulhosa como fora sua avó e seu bisavô, Maneco Terra. Através da memória de Bibiana, o autor faz referência ao “Código de Honra” dos gaúchos. Bibiana lembra que quando criança costumava brincar em baixo da imensa figueira no centro de Santa Fé, em frente à sua casa, até o dia em que um homem enforcou-se em um de seus galhos. O motivo teria sido o arrependimento por ter atraído um amigo. Desde então, a menina não conseguira mais lembrar da figueira como cenário de brincadeiras da infância.

Trata-se do mesmo Código de Honra que faz com que Antero sintasse culpado por cuspir na cara do moribundo Tinoco, apesar de este ter matado seu irmão, num dos episódios de *O Sobrado*. Ou ao qual se refere Dona Picucha Terra Fagundes ao dizer que, apesar da guerra, o respeito era mantido mesmo entre os inimigos, no capítulo Intermediário entre *Um Certo Capitão Rodrigo* e *O Sobrado IV*.

Bibiana lembra, também, dos ensinamentos de sua avó, do quanto a mulher, apesar de toda a sua fortaleza, tinha que viver no silêncio e na espera:

Vovó Ana costumava dizer que certos assuntos eram ‘coisa de homem’. Guerra era coisa de homem; carreira, briga, jogo e bebida eram coisas de homem. O melhor que as mulheres tinham a fazer era desistir de compreendê-los. Desistir e continuar obedecendo e esperando. (p. 195).

Ou seja, um Código de Honra que reserva um dever bem peculiar à mulher: o recolhimento, como ainda veremos mais tarde nas falas de Luzia Silva e do Dr. Winter.

As parcas ambições, assim como o espírito endurecido, dos Terra passam de geração para geração. Assim, também Pedro Terra ressentia-se, tal qual seu avô, da perda do trigo. Reflete sobre as dificuldades de o agricultor conseguir resistir às cobranças do governo, que explora os continentinos, apossando-se das colheitas e cobrando altos impostos. Reflete também sobre o perfil dos homens do Continente, que se acostumaram de tal forma às guerras que, quando a paz é restabelecida, não mais querem trabalhar de sol a sol no cabo de uma enxada, preferem o “rebuliço” das estâncias e da criação de gado. Preferem a liberdade sobre seus cavalos a criarem raízes lavrando a terra.

Foi o caso do Cel. Amaral e é o caso de Rodrigo: “Os Cambarás homens têm morrido em guerra, duelo ou desastre. Há até um ditado: ‘Cambará macho não morre na cama’.” (p. 203). E se autodefine como um homem esquentado, que fala demais por gostar muito da vida: “---- Viver é muito bom. Às vezes a gente tem tanta força guardada no peito que precisa fazer alguma coisa para não estourar”. (p. 205). Mas reconhece que seu jeito de ser tem a ver com o modo com que fora criado: “Me criei guacho. Não conheci mãe. Com doze anos já trabalhava no campo com a peonada bem como um homem feito.” (p. 205-206).

A origem “guacha” de Rodrigo é um dos motivos pelos quais Padre Lara, o pároco de Santa Fé, releva muitas de suas atitudes, além de nutrir por ele certo carinho. Contudo, o padre acredita que o Capitão não tem por característica acostumar-se com a vida tranqüila de Santa Fé, com a rotina de trabalhador e chefe de família. O sentimento do padre reproduz o receio dos habitantes da cidade.

Se o Capitão obteve a benevolência de Padre Lara desde sua chegada, o mesmo não obteve dos Amaral. De qualquer forma, Rodrigo reconhece no Cel. Ricardo Amaral um adversário à altura, mas não compreende o motivo pelo qual é tratado com tanta reserva pelo povo de Santa Fé: “O coronel está me tratando como se eu fosse um castelhano, um estrangeiro, um inimigo.” (p. 209). E Rodrigo representa, de fato, tudo isso, por ser diferente, por ser “o outro”, e torna-se uma ameaça na medida em que informa suas pretensões de ficar em Santa Fé e casar-se com Bibiana, uma filha da terra e, ainda mais, que tem como pretendente o filho do Cel. Ricardo.

Não só neste episódio, mas também com relação à personagem Luzia Silva e, ainda, a respeito do Dr. Winter e de outras personagens, tidas como “estrangeiras”, fica evidente que os hábitos, os costumes, o modo de se portar e vestir, e o jeito de falar que não obedecem ao que é comum no vilarejo são vistos por seus habitantes como uma espécie de transgressão e, em alguns casos, como o de Luzia, por exemplo, até mesmo como loucura. A diversidade chega a ser percebida como um crime, cuja punição é trazer desgraça à pacata Santa Fé.

Podemos recorrer ao discurso de Montaigne para lançarmos luz sobre esta questão. Segundo o autor,

os hábitos enraizados numa certa comunidade, enquanto limites para o juízo crítico, são causas geradoras da incompreensão e de exclusões, pois organizam o sistema dos excluídos e a conversão do Outro, (...) tudo o que é exótico e, portanto, *diferente* desestabiliza o mundo construído com base em usos convencionados, sendo, por isso, classificado como ‘bárbaro’; e, ainda, é o recorte do país a que cada um pertence, portanto o *conhecido*, que funciona como critério de valor, verdade e razão. (MONTAIGNE apud CARVALHAL, 2003, p. 52-53).

Nesse caso, o recorte é o pequeno espaço de Santa Fé, que no romance, representa o universal, já que os dramas vividos por seus habitantes não se diferenciam de toda a tragédia humana, como reflete mais tarde o Dr.

Winter. O Outro é Rodrigo, um homem de muitas andanças e de muitas mulheres, acostumado a carregá-las na garupa do cavalo, tirando-as de suas casas, até cansar-se delas e largá-las no meio do caminho (assim como fazia Chico Rodrigues-Cambará). Contudo, com relação a Bibiana era diferente; atraía-lhe, finalmente, a terra. Ele, que acreditava que o único amor digno de um homem “era esse que apenas pede cama” (p. 218), e que o resto era coisa de homem fraco, sentia-se, agora, cansado das guerras e tencionava ter filhos: “Queria que o primeiro fosse homem. Havia de dar-lhe educação de macho.” (p. 217). E isso incluía ensinar-lhe a ler, escrever, contar, mas principalmente andar a cavalo e manejar as armas.

As ações de Rodrigo são observadas e questionadas cuidadosamente por Padre Lara, que, apesar de pároco e, portanto, de opinião crítica direcionada por sua formação religiosa, acaba por desenhar uma espécie de tratado sociológico sobre a vida e a identidade dos continentinos. Padre Lara não era natural do Continente, também viera de São Paulo, como a família de Ana Terra. Talvez sua origem lhe confira alguma distância e, portanto, isenção na avaliação dos hábitos locais, visão essa continuada pelo Dr. Winter na seqüência do romance. Sob a ótica da religião e da ciência, o autor coloca uma visão de certo modo isenta ou, ao menos, diversa, uma vez que é a de estrangeiros, a de “outros”, o que imprime uma posição crítica, com o devido distanciamento a respeito da história:

Não deixava de ser curioso a gente ver a História no momento em que ela estava sendo feita! Dali a cem anos, como iriam os historiadores descrever aquela guerra civil? O Pe. Lara sabia como era custoso obter informações certas. As pessoas dificilmente contavam as coisas direito. Mentiam por vício, por prazer ou então alteravam os fatos por causa de suas paixões. (...) Como era então que a gente podia ter confiança na História? (p.296).

O discurso desconfiado de Padre Lara vai ao encontro das afirmações de Erico, em *Solo de Clarineta*, quando discute a questão de que o passado histórico do Rio Grande do Sul devesse ser muito mais interessante e

verdadeiro do que a versão apresentada pelos livros de História; daí sua vontade de desconstruir a História oficial e seus tantos episódios nem tão heróicos assim.

Ao comparar a figura de Rodrigo com a do noivo da filha de Joca Rodrigues, que viera dos arredores de Porto Alegre para o casamento, Padre Lara percebe no segundo a antítese do primeiro. O rapaz é filho de portugueses ilhéus e definitivamente não é um homem do campo:

(...) era simples e alegre, duma alegria natural, sem fanfarronada nem barulho. Gostava de dançar, cantar, era econômico, firme nas suas opiniões e não se expunha a riscos em seus negócios. Apegado à terra, preferia – como a maioria dos homens de sua origem – uma vida sóbria e sedentária às guerras, correrias e aventuras. Era religioso, hospitaleiro e tinha um respeito supersticioso pela lei e pela autoridade. (p. 220).

A partir desta comparação entre o Capitão Rodrigo e o rapaz (personagem não nomeada, muito provavelmente por representar o povo açoriano como um todo), o pároco pondera que, de um lado, os açorianos representam a ordem e a continuidade do poder português: cultivam a terra, trabalham em lojas e oficinas e são os habitantes do litoral, sedentários e pacatos. Por outro lado, os guerreiros que, como o Capitão Rodrigo Cambará, trabalham quando muito com gado, mas que estão mesmo acostumados com as “pelejas”, são libertários. Segundo Padre Lara, entre os últimos: “Alguns brigavam por obrigação; muitos por profissão; mas a maioria brigava por gosto.” (p. 221). Dentre estes, Rodrigo se sobressai.

À menor possibilidade de uma briga, o Capitão fica excitado, seu instinto de macho se acirra, sente fome, sede, desejo sexual: as necessidades que o aproximam não da condição humana, mas da animal, com a diferença de que tem a consciência de estar feliz com o embate, como na cena de seu duelo com Bento Amaral: “Rodrigo ouvia a respiração arquejante do inimigo. ----Vou

te mostrar o que acontece quando se bate na cara dum homem, patife – rosnou ele. E sentiu que a raiva o fazia feliz.” (p. 234).

Ainda assim, Rodrigo não corresponde fielmente à construção ideológica do gaúcho, pois se sabe humano e também é feito de outra matéria:

(...) Entrecerrou os olhos, focou-os na casa de Pedro Terra e, pensando em Bibiana, concluiu que era bom, muito bom estar vivo. Quando caiu em si, as lágrimas lhe escorriam pelas barbas. Ao perceber que estava chorando, achou a coisa tão engraçada, que começou a rir, primeiro baixinho, depois numa gargalhada. E quanto mais ria, mais as lágrimas lhe vinham aos olhos. E pareceu-lhe que o riso e as lágrimas lhe aumentavam a fraqueza, e ao mesmo tempo a fraqueza lhe produzia mais riso e mais lágrimas. (p. 241).

Ele se refere à fraqueza física; estava ainda convalescendo do grave e traiçoeiro ferimento decorrente do duelo com Bento Amaral. Podia referir-se também à fraqueza moral que representava um homem chorar, mas achava a situação engraçada e não motivo de vergonha, até porque Rodrigo naquele momento celebrava a vida: “Estar vivo, recobrar as forças, poder de novo montar a cavalo, andar à toa, livre, conversar com as pessoas, dedilhar a viola, cantar, jogar... E, principalmente, poder de novo ter mulher, comer e beber!” E resume com um ditado: “Se Deus é grande, a vontade de viver é maior.” (p. 241).

Se Rodrigo é sedutor e, ao mesmo tempo, ou talvez por isso mesmo, perturbador para os habitantes de Santa Fé, não deixa de incorporar o bem e o mal. Aliás, ao longo do romance, podemos notar através das ações das personagens o combate a um certo maniqueísmo, pois mesmo o inimigo tem suas qualidades dentro do código de honra vigente. Um exemplo é a situação em que Rodrigo surpreende-se com a reação do Cel. Ricardo ao saber da postura de seu filho Bento durante o duelo, apesar de já ter reconhecido no velho Amaral um adversário à altura, ou seja, alguém que comungava minimamente com Rodrigo a respeito de algumas questões atinentes ao dito código de honra. O Coronel poderia simplesmente ter mandado matar Rodrigo

pela afronta de ter marcado o rosto de Bento, afinal tinha poder para isso em Santa Fé, contudo reconheceu a falha de caráter do filho que atirou no adversário de modo traiçoeiro.

O bem e o mal, o tempo e o vento, o bélico e o antibélico, tudo tem espaço no romance. Muitas leituras são possíveis sobre a multiplicidade de vozes, e uma das maneiras de refletirmos sobre essa identidade variada é pensarmos as personagens a partir da guerra. A guerra, sem dúvida, representa um componente muito importante para a reflexão acerca da identidade sul-rio-grandense. É nas guerras ou a partir delas que se forjam muitas das características do povo gaúcho.

Sob o viés da guerra, mais uma vez, a reflexão da personagem vai ao encontro da opinião do autor; a respeito da “violência nata” do povo gaúcho, Padre Lara afirma que “aquela vida agreste e livre convidava à violência, à arbitrariedade e à insubmissão.” (p. 221). Do mesmo modo, em entrevista para o Jornal Correio do Povo, Erico Verissimo responde à questão: É o gaúcho um tipo primitivo e anti-social?:

Creio que o gaúcho é um excelente tipo humano. (...) Antes de mais nada é bom lembrar que o Rio Grande do Sul foi durante um longo tempo o campo de batalha do Brasil. Temos, mais que qualquer outro estado, uma tradição guerreira. Ora, soldado de tantas guerras, nosso homem do campo habituou-se a degolamentos, fuzilamentos, mortes, sangue... Na campanha é rara a família que não tenha o seu herói – e o herói é o homem que despreza a vida, o valente. Formou-se um estranho código de honra, com frases assim: ‘homem não leva desaforo para casa’ ou ‘quem me olha atravessado leva um tiro’ ou ‘homem macho não morre na cama’ ou ainda ‘mancha de honra só sai com sangue’. Influência, em parte do elemento espanhol, o velho código de cavalaria espanhola mal traduzido. (CORREIO DO POVO, 1939, p. 9)

Erico, no mesmo artigo, ainda sustenta que o gaúcho sempre fora encorajado ao crime, especialmente por duas vias. A do coronelismo que se sobrepunha à Justiça utilizando-se de violência para manter o controle político,

através da figura do “capanga”, e pela própria natureza campeira, pela rudeza do trabalho no campo que envolvia a morte de animais para o preparo do alimento e a castração destes animais usados também para o trabalho. O autor conclui afirmando que o gaúcho “é um bom tipo, mas desviado por falta de instrução, higiene e assistência espiritual no sentido mais amplo.” (*CORREIO DO POVO*, 1939, p. 9).

Ao ressaltar o motivo pelo qual o gaúcho é dado a embates, o autor desconstrói a idéia de que o gaúcho é bélico por natureza. Uma outra característica forjada através da construção ideológica do gaúcho prevê, de certo modo, ainda que contraditoriamente, a submissão à religião, à disciplina militar e à instituição social a que denominamos família, afinal de contas o gaúcho é, antes de mais nada, um “cumpridor de seus deveres”. Mas no caso de Rodrigo Cambará, sob a ótica de Padre Lara,

representava à maravilha a mentalidade do homem do campo, da guerra e do cavalo, que não teme a Deus nem ao diabo. Aqueles aventureiros habituavam-se a nunca ir à igreja nem a respeitar os sacerdotes. (...) por outro lado, como podiam eles humilhar-se diante de Deus se sabiam que Deus era um homem, e um homem macho – segundo o rude código continentino – nunca baixa a cabeça nem ajoelha diante de outro homem? (p. 222).

Entretanto, tem simpatia e afeição por Rodrigo, pois o vê como vítima, como um produto do meio:

Conhecera outros homens assim. Eram o produto da vida que levavam, da educação que tiveram. Que se poderia esperar dum menino criado no meio de soldados nos acampamentos ou de peões e índios vadios nos galpões, nos bochinchos, nas canchas de carreira e de jogo de osso? A guerra tinha sido talvez sua única escola. (p. 247).

O Padre se ressentia por não poder viver ainda muitos anos para ver o resultado daquela “mistura de raças que se estava processando na Província de São Pedro.” (p. 222). Lembra que os estancieiros tinham filhos com as

escravas que davam à luz a mulatos, que “cruzavam” com negros, brancos, índios, e que chegavam os alemães assim como tinham chegado os portugueses. No capítulo 19 de *Um Certo Capitão Rodrigo*, o autor introduz a cultura alemã quando da chegada de duas famílias, os Kunz e os Schultz, a Santa Fé, nosso microcosmos do estado. Eles se inserem lentamente na comunidade, não sem causar estranhamento por sua tez e seus costumes.

Sobre a família Terra, o Padre Lara também dá seu veredicto: “Era a gente mais cabeçuda, mais teimosa que ele conhecia.” (p. 248). Mas apesar disto, Bibiana consegue casar-se com Rodrigo, mesmo sendo seu pai contrário à união.

Bibiana também faz suas reflexões sobre o Capitão. Ela compara o marido ao pai (a matriz masculina dos Terra com a matriz masculina dos Cambará) e sente que, segundo os preceitos paternos sob os quais fora criada, vive com Rodrigo uma “vida de gente louca” (p. 252). Enquanto o Capitão Rodrigo Severo Cambará é alegre, engraçado e não se furta de uma boa gargalhada, embora seja estabanado, bagunceiro, descuidado, barulhento, despudorado, coma muito rápido fazendo barulho, tenha um sono agitado, enfim seja o *fogo*; seu pai, Pedro Terra, é o oposto: calado, sério, bondoso, mas seco de gestos e palavras, tem um sorriso amargo e triste, fala pouco e em voz baixa, trabalha “como um mouro” e é um homem honrado que não se mete com a vida alheia, enfim é a *geada*.

Pedro Terra não se diferencia muito dos habitantes de Santa Fé, embora suas características telúricas sejam mais evidentes, características das quais se orgulha e que são também cultivadas por sua família e enaltecidas em várias passagens do romance. O diferente é Rodrigo, sua vida pulsa nas veias de uma maneira descomunal; ele é todo libido, todo desejo pela vida, pelas mulheres, pela guerra, para ele guerrear é estar vivo. O Capitão tem uma visão bem atípica do mundo, ao menos do mundo dos Terra.

No entanto, Bibiana defende o marido mesmo estando ciente de seus casos extraconjugais. Relewa suas atitudes displicentes em relação ao trabalho e à família. E em algumas situações chega a ter uma atitude maternal em relação ao Capitão.

Numa conversa com o Pe. Lara, Rodrigo define como seria o seu mundo ideal: um mundo sem trabalho; onde o nascimento fosse algo menos medonho (ele havia acompanhado o parto de Bibiana); em que as terras fossem divididas entre os peões, os negros e os índios; em que não houvesse escravidão e que todos os povos falassem a mesma língua; um mundo pequeno o suficiente para que pudesse atravessá-lo a cavalo e em pouco tempo; um mundo sem casamento; em que ninguém mais morresse de velhice. Mas um mundo em que as guerras continuassem a existir, pois, para o Capitão: “guerra é divertimento de homem. Sem uma guerrinha de vez em quando ficava tudo muito enjoado.” (p.260). Além do mais, Rodrigo chega a reconhecer que: “No fim das contas – se esmiuçasse bem – o que ele tinha mesmo era medo de viver, não de morrer.” (p. 306). No entanto, não é um idealista, não acredita que a guerra vá modificar o mundo, mas alegrá-lo. Pode ser considerado um humanista, antiescravocrata, a favor da distribuição de terras, mas, sobretudo, um anarquista já que, para ele, não interessa quem está no poder, opor-se é sempre divertido. Tem sentimentos contraditórios: ama a família, mas não suporta o marasmo da vida familiar. É um homem que chora por suas derrotas e vitórias, e não acredita que a Guerra seja solução para o mundo e sim para seus próprios problemas. O Padre Lara acaba por resumir os desejos do Capitão:

---- Noutras palavras, capitão, seu desejo mesmo é andar correndo mundo, sem pouso certo, sem obrigação marcada, agarrando aqui e ali uma mulher como quem apanha fruta em árvore de beira de estrada... De vez em quando uma partidinha de truço ou de solo, um joguinho de osso, umas carreiras, e para variar, uma peleia... (p. 261).

Rodrigo anuncia o código de honra de *sua* família: “---- Nós os Cambarás temos uma lei: nunca batemos em mulher nem em homem fraco; nem nunca usamos arma contra homem desarmado, mesmo que ele seja forte.” (p. 263). Contudo, não podemos ler tal código como denominador comum à personalidade do povo gaúcho; ele já não se aplica, por exemplo, a seu filho, Bolívar. O rapaz foge à estirpe anunciada por seu pai: além de esbofetear Luzia, sua mulher, quando esta ofende Bibiana, durante uma discussão (*A Teiniaguá*, p. 441), Bolívar sente-se culpado por matar um inimigo desarmado que pedia clemência durante uma luta. O caráter dúbio de Bolívar será analisado mais adiante.

De certo modo, as personagens da família Terra exercem poder e censura sobre os Cambará, assim como o fizeram em relação a Pedro Missioneiro. As misturas são a amostra da mestiçagem cultural do Rio Grande do Sul. Não nos esqueçamos de que mesmo estas misturas, Terra-Missioneiro, Terra-Cambará e Silva-Terra, são amenizadas pela força e teimosia dos Terra se levamos em consideração que Pedro Missioneiro, Rodrigo Cambará e Luzia Silva morreram cedo e tiveram pálida influência na formação de Pedrinho Terra, Bolívar e Licurgo, respectivamente. Estes foram criados pelas mulheres da família Terra, até porque “criar filhos é coisa de mulher”, exceção feita à Luzia que, apesar de estar viva até a adolescência de Licurgo, não obedecia às características das mulheres de Santa Fé, criadas para o matrimônio e a maternidade. Se analisarmos a matriz genealógica, teremos a idéia do quanto o modelo se afasta do ideal heróico:

Ana Terra (resignação)	Pedro Missioneiro (utopia)
Paulista	Continentino
Filha de paulistas	Filho de uma índia e, provavelmente, de um soldado espanhol. Fruto de um estupro.
Criada para o trabalho e a obediência. Sua família não sabe ler nem escrever. Vive no meio do nada, sem relógio ou calendário (noção primitiva do tempo).	Criado por uma família indígena, numa redução jesuítica, sob a égide do humanismo e de forte religiosidade. Pedro é culturalmente superior aos Terra, mas aniquilado por estes.
Terra (cultivo da terra / antibélicos)	Guerra (defesa territorial)



(criado sob os preceitos maternos) Pedro Terra + Arminda



Juvenal e Bibiana + Capitão Rodrigo  
(criados sob os preceitos dos Terra)

Tanto o Capitão Rodrigo quanto Pedro Missioneiro desestabilizam, cada qual a sua maneira, a linhagem dos Terra, mas não vivenciam a criação dos filhos o que minimiza suas influências sobre eles. Pedro Terra é, sem dúvida, mais Terra que seu neto Bolívar, que parece estar em constante embate entre sua porção Terra e sua porção Cambará. Estes cruzamentos vão exercendo diferentes influências sobre a identidade gaúcha representada no microcosmo de Santa Fé.

Uma vez retomada a origem da família Terra (já que Pedro Missioneiro não imprime seu sobrenome na família), retomemos também a do Capitão Rodrigo Severo Cambará: Chico Rodrigues–Cambará é natural de outro estado e representa o protótipo do gaúcho antigo, ou a primeira acepção do termo, pejorativa: o sujeito errante, ladrão, chineiro, pilhador, andarilho, que construiu fortuna sobre posses indevidas, neste sentido, não muito diferente da família Amaral. Chico Rodrigues tira de casa a ruiva, filha de portugueses, provável origem dos olhos azuis de Rodrigo, e tenciona “assentar praça e requerer sesmarias”: eis a origem da linhagem Cambará, aliás, nada nobre, como exigiria o modelo heróico.

Tão pouco como heróis são tratados os gaúchos pela Corte. A voz que parece representar a opinião da maior parte dos habitantes de Santa Fé é de Juvenal terra:

a Corte achava que os continentinos só serviam para brigar com os castelhanos, porque quando rebentava a guerra começavam logo o recrutamento e as requisições. Terminada a luta, cessavam de pagar o soldo às tropas e esqueciam-se de resgatar as requisições. E pouco se lhes dava que a guerra tivesse dizimado os rebanhos e destruído as lavouras do Continente. (p. 291).

Juvenal reflete também sobre as características de sua família. Ao saber da reação da irmã diante do fato de o marido ir para a guerra – Bibiana teria dito simplesmente: “--- Estava louco de contente. Parecia que ia pra uma festa.” (p. 293) – , Juvenal ponderou:

Inda bem que Terra não é espalhafatoso – refletiu este. Sua gente era quieta, aceitava os fatos com uma coragem resignada, e tinha vergonha de fazer cenas. (p. 293).

Após a morte de Rodrigo, Juvenal observa que ao “redor da vila estava tudo tão verde, tão claro e tão alegre que parecia que a guerra continuava.” (p.

308). Ao passo que Pedro Terra se lamenta: “---- Eu só queria saber quantas guerras mais ainda tenho que ver.” (p. 308).

Anos mais tarde, Juvenal, já velho - em uma conversa com o Dr. Winter - reconhece que os Terra eram “uma gente mui custosa (...) e meio teimosa também.” (p. 405). E, ao lembrar-se do Capitão, pergunta ao seu interlocutor se é possível se gostar de um “sem-vergonha, um ordinário, um patife”, ao que o Dr. responde: “---- Claro que pode. Os patifes são em geral pessoas muito simpáticas. Não há nada mais aborrecido que um homem de caráter.” (p. 408).

No entanto, Rodrigo não é a única personagem de *O Continente*. Figuras como Bolívar ou Caré ou, ainda, a força feminina representada por Ana, Bibiana, Maria Valéria e, mesmo, pela “estrangeira” Luzia, compõem um panorama interessante que pode se contrapor à idéia de que a obra reafirma e sublinha, enfim, contribui para a corroboração do mito, afinal Erico é fiel ao hibridismo racial que existe em nosso estado ao construir o romance.

### O CONTINENTE II<sup>16</sup> - A TEINIAGUÁ

Bolívar Terra Cambará, filho de Bibiana e Rodrigo, parece ter herdado do pai a coragem e a bravura dos homens que gostam da guerra, ao menos é o que consta em *O Almanaque* de Santa Fé, sob a pena do Dr. Nepomuceno, juiz de direito:

(16) As primeiras edições de *O Tempo e o Vento* foram publicadas no seguinte formato: *O Continente* (um tomo), *O Retrato* (um tomo) e *O Arquipélago* (dois tomos), diferentemente das edições atuais.

Bolívar, esse denodado jovem, cujo nome parece trazer em si uma destinação gloriosa, guiou os seus cavalarianos numa carga de lança, destruindo um quadrado inimigo e arrancando, ele próprio, das mãos dum adversário a bandeira Argentina! Esse ato de bravura valeu-lhe a promoção ao posto de primeiro-tenente, e uma citação especial em ordem do dia. (p. 329).

O que aproxima Bolívar do espírito livre de Rodrigo é sem dúvida o jeito “sôfrego, apaixonado e explosivo” com que Bolívar demonstra seus sentimentos, o oposto do primo, Florêncio, um legítimo Terra.

Ao espalhar-se a notícia de que Bolívar estaria noivo de Luzia, neta do velho Aguinaldo Silva – um agiota que viera de Recife e fizera fortuna em Santa Fé -, os habitantes da comarca, “aqueles homens, dum realismo rude, olhavam para o Sobrado e para seus moradores como para intrusos e acabavam dizendo: ‘Isso não vai dar certo’.” (p. 335). De fato, os Silva eram estrangeiros, eram o outro, o inimigo. Luzia, então, com hábitos tão diferentes dos das mulheres de Santa Fé, era rechaçada como inimiga como o Capitão Rodrigo o fora quando de sua chegada. E dela diziam: “---- Ela tem olhos de mulher falsa. (...) Gente de cidade grande não tem vergonha na cara. (...) bruaca estrangeira. (...) ----Não sendo continentino pra mim é estrangeiro.” (p. 336).

O jovem e atormentado Bolívar sentia muita culpa e se diferenciava do pai em muitos aspectos. Se o Capitão Rodrigo já não atende completamente às características atribuídas ao herói gaúcho, Bolívar distancia-se ainda mais do mito. É castigado pela culpa de ter matado um inimigo já rendido e sem armas:

Foi de mau que matei ele. O combate tinha terminado. O quadrado estava rompido. Os argentinos se entregavam. Foi então que vi aquele homem. Olhou para mim, ergueu os braços e gritou: 'Amigo, amigo!' Estava doido de medo, o pobre... Estava desarmado... Esporeei o cavalo, arranquei pra cima dele e enterrei-lhe a lança no peito. Eu estava como louco, meio cego... O homem caiu de costas com a lança espetada no peito e eu fiquei olhando... Era bem moço e estava de olhos vidrados. Eu matei aquele homem por maldade. (p. 337).

Mas o que seria uma confissão a Bibiana e, de certa forma, um alívio, não tem força de acontecer, fica apenas nos pensamentos de Bolívar que tem vontade de desabafar com a mãe, mas não encontra coragem. O rapaz também se sente culpado pelo enforcamento do negro Severino, pois sabe que seu testemunho fora fundamental para a condenação do amigo. Quando crianças, Bolívar e Severino, brincavam embaixo da mesma árvore em que o homem que traiçou o amigo acabou enforcando-se em função da culpa que sentia.

Bolívar é um homem dividido entre o espírito aventureiro dos Cambará e o espírito telúrico dos Terra. Seu primo Florêncio contempla de maneira rude e prática, própria de um Terra, o desequilíbrio de Bolívar: "Era uma criatura desigual: num momento estava exaltado e feroso, mas no minuto seguinte podia cair no mais profundo desânimo. Passava da doçura à cólera com uma rapidez que desnorteava os amigos." (p. 334). E relembra, ainda:

Tinham feito juntos a campanha contra Rosas, e pouco antes de entrarem em ação, Bolívar ficava tão nervoso que começava a bater queixo, a tremer e às vezes rompia até a chorar. Florêncio tinha de tomar conta dele, levá-lo para o mato, metê-lo na barraca, abafar-lhe o choro como podia para que os companheiros não ouvissem, para que não pensassem que Bolívar estava com medo. Porque covarde ele não era. Quando ouvia os primeiros tiros, quando ouvia o inimigo aproximar-se, o rapaz mudava completamente. Ficava assanhado como um potro bravo, de narinas infladas, cabeça erguida, ardendo por se meter num entrevero. E era preciso contê-lo para que não fizesse temeridades. (p. 333).

O rapaz não tem os mesmos escrúpulos de Rodrigo, seu pai. Isso fica claro pelo episódio, já relatado, de agressão à Luzia. E, ao desconfiar do adultério de sua mulher, Bolívar admite ao Dr. Winter que, se comprovasse a traição mataria o adversário, mas continuaria a viver com ela, algo inaceitável para a honra de um macho, afinal no Continente “crimes de honra se pagam com sangue.”

Tal como o Padre Lara, o Dr. Winter também desenvolve uma espécie de tratado sociológico sobre as gentes de Santa Fé e, por extensão, do Continente. Tendo um certo distanciamento na análise - Winter realmente é estrangeiro, alemão -, ele constrói sua visão peculiar sobre os costumes do local que adotara para viver, mais por curiosidade e comodidade do que por conforto, apesar de resistir adaptar-se à cultura local. E, inúmeras vezes, imagina-se distante de Santa Fé, dissertando sobre o que ali vivera e sobre sua gente.

Segundo Winter, “A paisagem era civilizada, mas os homens não.” (p. 362). O doutor alemão vê as gentes dali como sendo de almas simples, sem maiores complexidades, movidas por instintos animais, aos quais se acostumaram pela natureza do trabalho no campo e nas fazendas: atividades violentas que exigiam força corpórea e espiritual. Além disso, havia as guerras, primitivas guerras, de acordo com sua opinião, sem estratégia ou armamentos adequados.

Na verdade, o médico não acredita no heroísmo gaúcho, para ele, lutar é apenas uma tradição gerada pela necessidade, nessa terra fronteiriça:

Em muitos casos os soldados lutavam descalços e armados de lanças de pau; eram mal alimentados e raramente ou nunca recebiam seu soldo. Poucos sabiam ao certo por que lutavam, mas havia na Província a tradição de 'pelear com os castelhanos', e seus homens encaravam as invasões como uma fatalidade, como um ato de Deus – uma espécie de praga periódica tão inevitável como uma seca ou uma nuvem de gafanhotos. (p. 362).

Questiona, ainda, o surgimento dos “Senhores Feudais da Província”: estancieiros como o Cel. Amaral que recebiam amparo e privilégios do governo em troca de efetivo, formado por empregados, agregados e amigos que representavam a principal força do exército.

Debruça-se também sobre o papel da mulher na Província, a partir da figura de Bibiana Terra. Esta, segundo o médico, era uma mulher admirável, mas o destino das mulheres no Continente era triste, pois não tinham quase direitos, mas muitas responsabilidades, principalmente a de tocar a vida da comunidade enquanto os homens estavam nas guerras. Tinham tendência à obesidade e eram, na sua maioria, analfabetas, mas responsáveis por criar seus filhos, cuidar da casa e de seus homens e de esperá-los durante a guerra: voltassem sãos, feridos ou mortos, ao menos voltavam para casa. Eram criaturas tristes, sempre de luto ou à espera de uma notícia ruim. Deviam manter o mais absoluto recato para evitarem que os homens responsáveis por elas tivessem que duelar em nome da honra.

Os homens tinham a liberdade de manterem relacionamentos extraconjugais, inclusive de gerar filhos a partir destas relações com “chinocas, escravas ou concubinas.” (p. 363). Tinham um ar agressivo, falavam alto de forma dominadora e orgulhosa. Além disso, achavam que não podiam ficar doentes já que doença era “coisa de mulher” – o que o Dr. considerava “puro orgulho.” (p.404).

Winter define o código de honra gaúcho já mencionado por Padre Lara, por Juvenal Terra e pelo capitão Rodrigo Cambará, cada qual à sua maneira:

O código de honra daqueles homens possuía um nítido sabor espanhol. Falavam muito em honra. No fim de contas o que realmente importava para eles era ser 'macho'. Outra preocupação dominante era a de 'não ser corno'. Não levar desaforo para casa, saber montar bem e ter tomado parte pelo menos numa guerra eram as glórias supremas daquela gente meio bárbara que ainda bebia água em guampas de boi. (p. 363).

Ressalta ainda a importância do cavalo para os homens do Continente: era, ao mesmo tempo, um instrumento de trabalho, uma arma de guerra, servia como transporte (e, portanto, possibilitava liberdade) e ainda era uma espécie de companhia, principalmente as éguas, que eram usadas sexualmente pelos donos. Luzia Silva também faz considerações a respeito:

---- Veja bem, doutor, a idéia dos gaúchos em geral é a de que o cavalo e a mulher foram feitos para servirem os homens. E nós nem podemos ficar ofendidas, porque os rio-grandenses dão muito valor aos seus cavalos... (p. 417).

Para o doutor, a agricultura era atrasada e o povo não sabia fazer um bom pão ou um bom vinho. Suas casas eram pobres e primitivas, sem conforto ou preparação para o frio ou a chuva. Os "machos" da Província de São Pedro viam de forma inútil e efeminada as manifestações artísticas como pintura, poesia ou determinado tipo de música. Compreendia, ainda, que aquele era um país novo e suas gentes ainda bastante primitivas e que "Havia em tudo uma rusticidade e uma aspereza (...). Tratava-se positivamente duma sociedade tosca e carnívora, que cheirava a sebo frio, suor de cavalo e cigarro de palha." (p. 364). Entretanto, impacientava-o o modo como não pensavam no futuro, sempre esperando o acaso da sorte ou de outra guerra, quando então desaparecia sua apatia característica e eles se mostravam prontos a lutar. Em carta para um amigo, Winter tece considerações:

Parece que a regra geral aqui é a guerra, sendo a paz apenas uma exceção; pode-se dizer que esta gente vive guerreando e nos intervalos cuida um pouco da atividade agrícola e pastoril e do resto; mas um pouco, só um pouco, porque parece que tudo é feito com o pensamento na próxima guerra ou na próxima revolução. Há nos olhos destas mulheres uma permanente expressão de susto. (p. 415).

De qualquer forma, o médico vê em Santa Fé uma minúscula porção do que acontece com a humanidade; mesmo numa pequena vila perdida no extremo sul do Brasil é possível reconhecer os dramas humanos: “(...) o amor, o ódio, a cobiça, a inveja, o desejo de poder e de riqueza, a sensualidade, a vingança... e o mistério.” (p. 395).

Através de suas cartas ao amigo Carlos Von Koseritz, o médico faz várias reflexões sobre o povo rio-grandense, sua cultura, seu modo de vida, construindo um verdadeiro tratado sobre a identidade gaúcha. Inclusive aventura-se a classificar os vários tipos de gaúcho:

Estou começando já a descobrir diferenças entre os habitantes das várias regiões desta província. Os da fronteira são mais dramáticos e pitorescos que os desta região missioneira. Gostam de lenços de cores vivas, falam mais alto, contam bravatas e amam os gestos e frases teatrais. Se eu tivesse de eleger o homem representante desta região (*missioneira*), não escolheria Bento Amaral nem Bolívar, mas Florêncio, o meu bom, discreto e bravo Florêncio Terra. (p. 430).

E o Doutor segue ainda levantando uma questão muito pertinente a respeito da identidade sul-rio-grandense: o universal *versus* o regional (uma possível provocação do autor aos intelectuais defensores do regionalismo):

Perdoa-me estas minúcias. Quando vivemos por muito tempo num mundo tão limitado e pobre como este, acabamos conferindo às suas intriguinhas, às suas pessoinhas e às suas coisinhas uma importância universal. (p. 430).

Ora, sabemos que *O Continente* (primeira parte da trilogia) foi concluído em 1949. Desde o início do século passado, mas principalmente na década de 40, proliferaram textos críticos e de ficção com o objetivo de reforçar uma cultura tipicamente regional. Não é exagero afirmar que Erico trabalhou na contramão desta idéia ao possibilitar ao leitor não uma visão linear da história, mas uma multiplicidade de leituras, passíveis de várias interpretações, muitos ângulos, reforçados inclusive pela escolha da técnica do contraponto<sup>17</sup>.

## A GUERRA

Neste episódio, o romance tem como pano de fundo, na História do Rio Grande do Sul, a Guerra do Brasil contra o Paraguai. Contudo, a partir da análise do capítulo, podemos afirmar que esta é a guerra que menos interessa, embora as guerras sejam um elemento fundamental na construção da identidade gaúcha, uma vez que é nas situações de embate que a identidade heróica e orgulhosa do gaúcho é forjada, cabendo à literatura o papel de reafirmá-la ou reconstruí-la.

Nesta parte do romance, Licurgo é ainda um adolescente, que, para alívio de seu primo Florêncio, é criado pela avó Bibiana e não pela mãe. Em relação a Florêncio, além de o Dr. Winter considerá-lo um perfeito representante do tipo de gaúcho missioneiro (em contraposição ao fronteiriço), o Dr. também o vê como uma alma simples que:

acreditava que as pessoas podiam ser ou absolutamente más (*como Luzia*) ou absolutamente boas (*como Bibiana*). Tinha um código rudimentar e rígido de comportamento e dispunha duma única medida para avaliar as criaturas. (p.489).

(17) A técnica do Contraponto utiliza a simultaneidade de ações, ou seja, diferentes personagens interpretam de modo diverso os mesmos acontecimentos, o que resulta na possibilidade de diversas leituras acerca do desfecho circunstancial, baseadas no princípio da ação e reação, o que pressupõe a manutenção de uma certa estabilidade universal. Há estudos que relacionam o romance *Contraponto* de Aldous Huxley à obra *Caminhos Cruzados* exatamente pela utilização desta técnica, como o trabalho de dissertação de Mestrado de Patrícia Lessa Flores da Cunha. Sabe-se que Verissimo foi leitor e, principalmente, tradutor de Huxley.

Daí o alívio do rapaz ao saber que é Bibiana, e não Luzia, quem se ocupa da educação de Licurgo. Segundo o Dr. Winter, Licurgo é criado entre dois “pólos magnéticos”: a avó e Fandango, um dos peões do Angico.

Fandango é escolado pela vida, perto dos sessenta anos, representa para Licurgo o principal modelo, “uma espécie de oráculo – o homem que tudo sabe e tudo pode” (p. 495). Seu conhecimento das lidas do campo é vasto, conhece as plantas e ervas como ninguém, os animais e, principalmente, as credences populares da Província, superstições que corriam de boca em boca, ao longo das gerações, mas que tiveram origem na experiência dos continentinos. Com Fandango, Licurgo aprendera a ser homem – na concepção que os gaúchos têm da palavra. Com Bibiana, Licurgo aprendera a ser Terra.

O velho tem um papel semelhante ao do Padre Lara e ao do Dr. Winter, no sentido de que faz uma análise do povo gaúcho, mas, diferentemente dos dois primeiros, ele vê a alma gaúcha por dentro e não do lugar de estrangeiro. É opiniático e sua “declaração de princípios” inclui resolver com violência qualquer diferença. É o gaúcho contador de “causos”, que assegura através da oralidade o cultivo da tradição.

Licurgo é o homem, de toda a genealogia Terra-Cambará até este ponto apresentada, que mais obedece aos seus instintos bestiais. Só sente alegria e prazer no trabalho campeiro, nos passeios a cavalo e nas conversas de galpão. Mesmo em relação ao sexo, experimenta uma desconfortável sensação de orgulho ferido por “precisar” de mulher. Sente-se poderoso por ser o dono do Sobrado e das terras do Angico e seu maior sonho é ter mais poder e posses que a família Amaral. É nas conversas de galpão que Licurgo absorve o “código de honra daquela gente”, código não-escrito, legitimado pela tradição oral e que ensinava, entre outras coisas, que um homem “bem macho” nunca

descumpra a palavra empenhada e nunca deve sofrer a humilhação de apanhar na cara, sob pena de ter de matar seu agressor.

Sua mãe, Luzia Silva Cambará, causa-lhe constrangimento e mal-estar; em sua presença o rapaz chora, não consegue conter-se, mesmo levando em consideração o que a avó Bibiana sempre diz: “homem não chora”. Os desejos de Luzia são claros, porém vãos, o rapaz já fora criado como um Terra:

---- Prometes que não vais passar toda a tua vida aqui em Santa Fé nem no Angico? O corpo de Licurgo de repente enrijeceu. Ele ficou de músculos retesados numa atitude de defesa, como se de repente tivesse avistado um inimigo inesperado. (...) ---- Olha, meu amor, não quero que sejas como esses homens brutos que não sabem ler nem escrever, que vivem como animais, no meio de cavalos e bois. (...) Nenhuma resposta. (...) ---- Não tens vontade de conhecer o mar? (...) ---- Não. (p. 513).

Licurgo desconfia, assim como Bibiana, que Luzia tenciona casar-se com o Major Erasmo e isso causa quase desespero na avó e no neto, pois seriam separados e Licurgo teria que ir embora com a mãe. O Major Erasmo frequenta os saraus do Sobrado acompanhado de Padre Otero, Dr. Winter e Dr. Nepomuceno, mas todos sabem que o Major não se faz presente pela conversa e sim pela companhia de Luzia.

O Doutor Winter, como ávido observador que é, descreve o Major como sendo um homem do tipo que não sabe discutir ponderadamente, pois leva muito a sério todas as discussões e serve-se de expressões muitas vezes ufanistas como “pátria, honra de classe, altruísmo, nobreza, heroísmo”. Para o médico, é difícil estabelecer diálogo sem que o major se envolva apaixonadamente na discussão, pois não consegue examinar os fatos com objetividade. Bibiana consegue, finalmente, pôr a correr o Major, sem maior resistência de Luzia que já se sabe com pouco tempo de vida.

Ao pensar na relação entre Luzia e Bibiana, o Dr. Winter conclui:

as mulheres tinham uma constância feroz no ódio. Não era um ódio que se concentrasse todo num ímpeto para produzir um gesto de selvagem violência. Diferente do ódio dos homens, que se fazia labareda devastadora, mas se extinguia logo, o ódio das mulheres era uma brasa lenta que ardia, às vezes escondida sob cinzas, e que durava anos, anos e anos... (p. 539).

Ao distinguir o ódio das mulheres do dos homens, o Dr. Winter nos possibilita fazer, igualmente, a distinção entre as duas guerras: a que acontece dentro e a que acontece fora do Sobrado; a guerra das mulheres (Bibiana *versus* Luzia) e a guerra dos homens (Brasil contra o Paraguai).

Nesse caso, a relação espaço/tempo pode nos auxiliar na análise: a oposição fora/dentro, os limites masculinos e femininos, as fronteiras geográficas – masculinas –, e psicológicas – femininas –, são delineadas através do discurso sobre a guerra. O lado de dentro e o lado de fora do Sobrado, o pampa, os deslocamentos necessários à guerra, os limites de Santa Fé:

Uma porta, uma ante-sala são, para os que vêm de fora, tão densos em valores simbólicos e ambigüidades quanto o anoitecer. A saída pode ser tão ameaçadora quanto a noite profunda ou, ao contrário, tão libertadora quanto o amanhecer (...) assim como há minutos dentro das horas, horas dentro dos dias, dias circunscritos em semanas, com a luz e a sombra alternando-se também nas estações, têm-se igualmente paredes externas, recintos interiores, aposentos dentro de aposentos, que segmentam um determinado local. (...) tudo isso delinea um espaço dentro do espaço, uma interioridade sempre central em relação a alguma coisa. (STEINER, 2001, p. 192).

Esta “coisa” é a guerra que possibilita que “o exterior e o interior contactem-se de maneira dramática. A todo instante, no decorrer da noite, a vida da cidade (...) ameaça invadir, ameaça violar a privacidade compartilhada (sempre, de certa forma, em conspiração) da casa, do interior.” (STEINER, 2001, p. 393). Dentro do Sobrado (o microcosmos), a Guerra também acontece pelo poder e estão em jogo Licurgo, o Angico e o próprio Sobrado. As armas: a

paciência da espera, característica das mulheres do Continente, a constância no ódio, como assinala o Dr. Winter, e o tempo.

Luzia, a Teiniaguá (lagartixa com a cabeça de fogo), é moça da cidade, criada longe da pequena Santa Fé, sensível às artes e amante da música; não se conforma com o tédio da cidadezinha, onde, aliás, é incompreendida e malvista por sua beleza, por sua inteligência, por seus costumes urbanos. Muitas vezes impulsiva, é temida por ser extremamente sedutora: o fogo. Bibiana Terra, mulher experiente e sofrida, apegada à sua gente, à sua terra e muito respeitadora dos costumes vigentes em Santa Fé; radical em suas posições: a terra.

De personalidades fortes, nora e sogra, são unidas e separadas pelo mesmo nome, Cambará, pelas mesmas terras, o Angico e o Sobrado, e, principalmente, pelos mesmos homens, Bolívar e Licurgo. Mulheres que não podiam mesmo lutar na mesma trincheira, pois disputavam o mesmo domínio.

Cada uma luta do seu jeito nesta guerra. Se Luzia jogar com todas as armas perde precocemente, pode ser internada num hospício, como louca – uma das possibilidades aventadas por Bibiana em conversa com Winter. Mas Luzia não se entrega, mesmo que seja só no quarto - seu mundo -, ela resiste e conserva as coisas que lhe são caras – os livros, a poesia, a música. Bibiana, por seu turno, ocupa-se em manter Licurgo sob seus cuidados e os pretendentes de Luzia bem longe do Sobrado.

Quem tão bem nos elucida esta situação é o Dr. Winter, em uma conversa com Florêncio Terra:

– Mas como é que duas pessoas que se odeiam assim podem viver debaixo do mesmo teto? – Estão jogando uma carreira (...) não em cancha reta, mas numa cancha cheia de curvas. A raia de chegada é a morte. Só que nessa carreira quem chegar primeiro perde... o Sobrado e o menino... O que mantém aquelas mulheres juntas na mesma casa é a esperança que uma tem que a outra morra primeiro. (p. 488).

E é o que acontece. Bibiana vence a Guerra, recebe o Sobrado, o Angico e Licurgo como prêmios e sua vitória deve-se à sua arma mais poderosa: a paciência. Luzia Silva Cambará morre em 1872, aos 39 anos, vitimada por um tumor maligno no estômago. Para o filho, Licurgo, passa a ser apenas uma incômoda lembrança.

Fora do Sobrado acontece a guerra contra o Paraguai. Depois de quatro anos sem ver a família, é Florêncio Terra quem retorna à Santa Fé, ferido no joelho, trazendo na lembrança os horrores da guerra. Encontra uma cidade entristecida, de casas fechadas, negócios parados e mulheres de luto. Quase não reconhece seus filhos: crianças magras, famintas e mal-vestidas. Ainda assim, voltar para a casa é bom. Ao chegar, fica ciente, através do Dr. Winter, da outra guerra, a do Sobrado.

### *ISMÁLIA CARÉ*

Este capítulo recebe o nome da amante de Licurgo, moça que figura apenas de viés no enredo. A relação entre Licurgo e Ismália originou-se de um estupro. No entanto, criado sob as rudes leis dos homens machos do Continente, ele não vê as coisas desse modo. O rapaz chega a sentir vergonha de sua brutalidade, mas pedir desculpas não é hábito seu, inclusive seu pensamento a respeito é de que “mulher é pra isso mesmo” (p.567) e que se

não fosse ele a cometer o ato seria um outro homem. Para sua surpresa, Ismália volta a procurá-lo muitas vezes depois do ocorrido; ela não tem mesmo muitas opções, afinal faz parte da linhagem dos Caré, miseráveis agregados do Angico.

Licurgo pensa na opinião de Bibiana sobre seu envolvimento com Ismália Caré, e chega à conclusão de que seria “impossível explicar a uma senhora de quase oitenta anos o que ele sentia pela rapariga. Aquela gente antiga era muito positiva em suas opiniões. Para ela uma coisa era boa ou má, preta ou branca, decente ou indecente. Não conhecia o meio-termo.” (p. 566).

A partir da relação entre Ismália e Licurgo, é desenhado o perfil do neto de Bibiana. O rapaz é descrito em várias passagens do romance como um homem bestial, rancoroso e feroz. Mas é somente pouco antes de seu casamento com Alice que tem a oportunidade de lutar. Até então se sentia em situação de inferioridade por nunca ter participado de uma guerra, era considerado ainda um “espada virgem” (p. 628). O embate deu-se com um Amaral e funcionou como uma espécie de rito de passagem, que transformou Licurgo num homem de verdade, de acordo com o código continentino.

Licurgo representa a figura do gaúcho aparentemente generoso, humanista e antiescravocrata, mas que, na verdade, apenas trabalha por interesses políticos. Encena a libertação de seus escravos como um ato glorioso e humanitário, não sem a presença de seus companheiros republicanos e de seus discursos idealistas. Mas a farsa não tem o poder de tornar-se real. A realidade é que Licurgo não admite a idéia de os negros conviverem com sua família. E não só não suporta o cheiro que os homens recém alforriados exalam, como tem vontade de maltratá-los como sempre pôde fazer (p. 629 - 630). Ele tenta, em vão, convencer-se de que realiza um ato glorioso, de que está vivendo um momento histórico. Em meio a essas

contradições, Licurgo tem uma crise de choro e é reprimido energicamente por Bibiana, afinal “homem não chora”. Não é a primeira vez que Licurgo chora, chora como seu pai e seu avô também choravam. Entretanto fica furioso com sua “fraqueza” – ele é quem melhor traduz a essência de um Terra, depois de seu bisavô; ainda assim, o Rio Grande de São Pedro também foi feito de homens que choram. Homens diferentes, como Juvenal, como os colonos alemães e italianos, como o Padre Atílio Romano e o Dr. Winter.

Juvenal Terra, filho de Florêncio e cunhado de Licurgo, por exemplo. O rapaz não era sisudo como suas gentes, era alegre e despreocupado, otimista diante da vida, gostava de festas, tinha bom-humor e um espírito livre. Fazia bom uso dos ditados populares tão preciosos para Fandango. Seu pai questionava-se de onde o filho herdara tais características (dos Terra não havia de ser) e enfim achava que era bom ser assim: “A gente sofre menos.” (p. 602).

Também é interessante a visão sobre a formação do Rio Grande do Sul no discurso de Padre Atílio Romano, outro estrangeiro, como Winter. Por ocasião das comemorações por Santa Fé ser alçada à condição de cidade, o Padre faz o seguinte colóquio apaixonado:

(...) ----Mas por que falei em Garibaldi, que aparentemente nada tem a ver com a data de hoje? (...)  
----É porque quem vos fala é um sacerdote italiano de nascimento que começa a ser brasileiro de coração; porque nesta mesma igreja hoje, sentados no meio de brasileiros, acham-se imigrantes italianos que há quase dez anos chegaram a esta província e fundaram neste mesmo município de Santa Fé uma colônia que se chama Garibaldina, em homenagem ao herói. E é porque esses colonos italianos, bem como os alemães de Nova Pomerânia, estão trabalhando juntamente com os brasileiros pela grandeza deste município, desta província, deste grande país. (p. 584).

Se o Padre Atílio Romano fala com paixão de Santa Fé e espera um dia celebrar casamentos de jovens com sobrenomes de origens diferentes, o Dr. Winter já não tem o mesmo sentimento:

Apesar de toda a sua famosa lucidez, aos sessenta e três anos de idade encontrava-se ele ainda em Santa Fé, solteirão, solitário, escravo da rotina, pensando sempre em ir-se embora, em voltar para a Europa, mas ao mesmo tempo sentindo-se poderosamente preso àquela terra como uma velha árvore de raízes profundas – mas uma árvore que não ama o solo em que está plantada e não tira dele o alimento de que necessita para vicejar com toda a plenitude. (p. 595).

Winter vê em Licurgo o jeito inquieto de Bolívar: “(...) um potro de cabeça alçada, farejando perigo, prestes a tomar o freio nos dentes e disparar” (p 637) e o compara a Florêncio, primo de seu pai, com seu jeito calmo: “(...) a tranqüilidade e a força dum boi que se resigna a passar a vida puxando carreta.” (p 637). De outro modo, mas ainda assim ressaltando a diferença entre os dois, temos a opinião do Dr. Toríbio, amigo de Licurgo e também “estrangeiro” em Santa Fé:

Parecia ser um traço dos Terras detestar tudo quanto fosse ostentação e atitude teatral. Não gostavam de pessoas semostradeiras: eram homens secos, prosaicos e reservados, que viviam por assim dizer em surdina, procurando não chamar sobre si mesmos a atenção dos demais. Licurgo até que não era dos piores. Florêncio, esse sim, levava aquelas manias ao extremo. (p. 607).

Licurgo e Florêncio, homens tão diferentes por sua inquietude e resignação, respectivamente, ainda terão muito tempo de convivência no Sobrado. Licurgo casa-se com a filha de Florêncio, Alice, e as duas famílias passam a viver no casario.

### O SOBRADO (I – VI)

As ações destes capítulos transcorrem em aproximadamente três dias: 25, 26 e 27 de junho de 1895, já ao final da Revolução Federalista que culminou com a vitória do partido de Júlio de Castilhos. A família Terra

Cambará está sitiada no Sobrado há alguns dias e os mantimentos e munição começam a escassear. Alice está prestes a dar à luz ao terceiro filho do casal.

No início do primeiro tomo de *O Continente* conhecemos José Lírio, o Liroca, morador de Santa Fé que luta do lado oposto ao de Licurgo Terra Cambará, mas que já foi seu amigo e freqüentador do Sobrado. Liroca debate-se entre a necessidade de ser corajoso para lutar na guerra e o medo que toma conta de si:

não queria que ninguém percebesse que ele hesitava, que era um covarde: Sim, covarde. Podia enganar os outros, mas não conseguia iludir-se a si mesmo. Estava metido naquela revolução porque era federalista e tinha vergonha na cara. Mas não se habituava nunca ao perigo. Sentira medo desde o primeiro dia, desde a primeira hora – um medo que lhe vinha de baixo, das tripas, e lhe subia pelo estômago até a goela, como uma geada, amolecendo-lhe as pernas, os braços, a vontade. Medo é doença; medo é febre. (p.1).

E questiona-se sobre de onde lhe vem tanto medo, com certeza vem do sangue materno, pois as gentes do pai são corajosas. Em conversa com o companheiro Inocência desabafa e admite como se sente em relação à guerra:

----Estou cansado de andar barbudo, piolhento, dormindo na chuva, acordando com geada na cara. Cansado de... ----Calou-se de súbito. ----Mas é a guerra, Liroca. Animado pela cachaça, que lhe dera um calor bom, Liroca continuou: ----Vivo com estômago embrulhado. O cheiro de sangue e de defuntos não me sai das ventas. Sinto-o na água, na comida, na mão, no vento, em tudo. ----É a guerra... – repetiu o outro. Mas é triste. (p.4).

Liroca, montando guarda no campanário da igreja, pensa em Maria Valéria, cunhada de Licurgo, que também mora no Sobrado. Liroca e Maria Valéria são espelhos: tentam contemporizar dentro e fora do sobrado a respeito da guerra.

Mesmo Licurgo, que incorpora, nesta parte, o estereótipo do gaúcho, se questiona a respeito da validade da guerra, apesar de não se render. Sente-se encurralado pelos olhares críticos dos que esperam o final do cerco ao Sobrado. Ele pensa no filho que vai nascer: “Coitadinho! Vai nascer em tempo de guerra, talvez na hora dum tiroteio. Se for um homem, não haverá momento mais propício. Mas Licurgo deseja uma filha.” (p.12).

E, imaginando a filha nos braços, emociona-se: “A comoção sobe-lhe do peito à garganta, como uma onda quente e sufocante, e ele tem de fazer um grande esforço para reprimir as lágrimas. Um homem bem macho não chora nunca, haja o que houver. Choro é coisa de mulher.” (p.12).

Os meninos Rodrigo e Toríbio, filhos de Licurgo, comentam sobre o parto da mãe e sobre o antigo costume de as mulheres usarem, quando dão à luz, o chapéu do marido para terem mais coragem (p.17).

Tanto na fala de Liroca, quanto na de Licurgo e, ainda, no resgate que os meninos fazem do costume do chapéu é claro um discurso masculino de que a mulher é fraca e covarde, assegurado pela educação de Licurgo pelas mãos da avó Bibiana que, por sua vez, dá continuidade aos preceitos de Pedro Terra.

Embora tenha vontade de aproximar-se de Alice, sua mulher, fazer-lhe um afago, pedir-lhe desculpas, Licurgo acha tarde para iniciar o que nunca soube fazer: “Compreendeu que era um homem que a guerra endurecera, que sentia a piedade desaparecer-lhe da alma. Teve vontade de quebrar o vidro com os punhos.” (p.13).

Licurgo Cambará fica nervoso durante o parto de Alice. Sente-se péssimo, mas não consegue expressar seus sentimentos. A filha, que se chamaria Aurora, nasce morta. Com este acontecimento, embora Licurgo ganhe a guerra, algo se quebra, seu orgulho já ferido não regozijará diante da vitória, pois ela não terá o mesmo significado. A pequena Aurora, símbolo de todas as possibilidades, signo de todas as promessas, recomeço do mundo, enfim, a esperança em cada um dos homens (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2002, p. 101), está enterrada no porão, provavelmente sendo comida pelos ratos como teme Alice, em seus delírios.

Várias são as discussões entre Licurgo Cambará e Maria Valéria, sua cunhada, que o questiona sobre suas ações e teimosia, ao que ele responde:

(...) ----Não prefiro coisa nenhuma. Guerra é guerra. Curgo grita mas não se sente muito seguro do que diz. E fica ainda mais furioso por ver que Maria Valéria está percebendo sua indecisão, sua luta de consciência. (...) ----Milhares de homens têm morrido nesta revolução por causa de suas idéias. A vida duma pessoa não é tão importante assim. Há coisas mais sérias. ----O seu orgulho, por exemplo. (p. 162).

Licurgo encontra-se num dilema. Um homem macho não pode dar razão a uma mulher, afinal, o que elas entendem da guerra? Mas Licurgo vacila. Serão os ideais de honra e liberdade mais importantes que a vida daquela gente sitiada no Sobrado? Talvez Licurgo desconfie, ainda que não aceite, de que o desfecho está próximo e que, ao final desta guerra, pode ter sido desencadeado o processo de desagregação da família Terra Cambará e/ou do gaúcho heróico como um todo.

A honra impulsiona e justifica as ações de Licurgo afinal, é um atributo dos homens poderosos. Ele resiste, pois a honra lhe permite manter sua reputação individual, familiar e partidária; entretanto sente-se culpado e dividido. Estes sentimentos contraditórios são percebidos por Maria Valéria que continua a investir no embate de idéias com o objetivo de que o cunhado se

renda e o final do cerco possibilite o auxílio aos doentes, principalmente à sua irmã Alice, afinal a situação no Sobrado é crítica.

Os homens estão com frio, com fome e entediados com a espera. Conversam e um deles provoca Fandango dizendo que Guerra é ocupação apenas para os mais jovens, ao que o velho responde, fazendo uma breve reflexão sobre a guerra:

---- Nem sempre quem está na guerra é porque gosta de brigar, menino. Às vezes a gente se mete numa revolução, numa peleia porque tem vergonha. E vergonha não é privilégio de moço. (...) ----Por que é que hei de mentir – diz outra voz. ----Eu brigo porque gosto. ----Cada qual com o gosto que Deus lhe deu... – replica Fandango. (p. 318).

E, mais uma vez, vem à tona o código de honra gaúcho, a respeito de coragem e covardia, honra e decência. Maria Valéria, por exemplo, tem uma opinião severa em relação ao assunto: “(...) O filho que a Ismália tinha era de Licurgo: todo o mundo sabia disso. No entanto agora ele falava em honra, falava em decência, falava em dignidade.” (p. 325). Certamente o referido código não prevê a fidelidade do homem ao casamento. Licurgo já se casa com Alice tendo Ismália por amante, e não a deixa depois de casado. A diferença entre Licurgo e seu avô Rodrigo é a de que o Capitão não teve apenas uma, mas várias amantes. O mesmo, no entanto, não acontece com Bolívar que além de permanecer fiel à encantadora Luzia, ainda se dispõe a perdoar-lhe a possível traição.

As horas passam e Licurgo está prestes a sucumbir à pressão do cerco ao Sobrado: “(...) Curgo olha para o sogro com má vontade, e seu sentimento de culpa, longe de torná-lo humilde e conciliador, predispõe-no à agressividade.” (p. 475). Além disso, a personalidade do sogro o incomoda: “um homem de bem, não há dúvida alguma, mas não um homem de ação ou

princípios políticos.” (p. 475). Sogro e genro são de cepas diversas, Licurgo tem sangue Cambará nas veias.

No andar de cima do Sobrado, os meninos Rodrigo e Toríbio pedem a Fandango que lhes conte uma história. O velho, tal como Blau Nunes<sup>18</sup>, é experiente na arte de contar “causos” e assegura que há muitas maneiras de se contar um. Passa o tempo a entreter os meninos.

Na manhã seguinte, Fandango reflete sobre a crueldade da guerra, de como amigos se transformaram em inimigos. E lembra de casos terríveis que reforçam seu discurso de que “há gente boa e ruim dos dois lados”, discurso este contrário ao posicionamento presente na fala de Licurgo: “Curgo vive dizendo que os maragatos são bandidos. Mas qual!” (p. 661). A personagem lembra que os tempos de guerra são os mais difíceis, mas pondera que existem muitas coisas boas no mundo pelas quais vale a pena viver.

A estas alturas dos acontecimentos, os homens do Sobrado já se encontram vulneráveis e cansados da fome, do frio e da tensão que sofrem durante o período do sítio:

Passaram a noite ao redor do fogão, agarrados uns aos outros, numa busca meio inconsciente de calor e aconchego, e agora estão vagamente envergonhados dessa promiscuidade, como se tivessem feito algo que um homem que se preza não faz com outro homem. Esfregam as mãos, batem os pés, tosem, pigarriam, escarram, bocejam... Mas nada dizem, porque decerto acham que nada mais têm a dizer. (p. 662).

(18) Blau Nunes, personagem criada por Simões Lopes Neto (1865 – 1916) em *Contos Gauchescos* (1912), era um velho peão “contador de causos” que cruzou o estado, testemunhando importantes momentos da história gaúcha.

Mais uma vez, o severo machismo com que são criados, não lhes permite admitir suas fragilidades. Admitir que a guerra enfraquece mesmo aos machos e que também eles sofrem as misérias humanas presentes numa situação como esta.

Derradeira discussão ocorre entre Maria Valéria e Licurgo sobre o sítio ao Sobrado. A moça argumenta de igual para igual com o cunhado, o que o deixa furioso. Licurgo acaba sendo vencido pelas circunstâncias e, raivosamente, concorda em pedir a rendição ao inimigo e hastear uma bandeira branca em frente ao casario.

É quando seus aliados não sitiados se aproximam do Sobrado com a informação de que os maragatos se renderam e abandonaram a cidade. Licurgo é poupado de ter que admitir sua derrota, mas Maria Valéria é testemunha do que aconteceu – sua vitória não é completa. O homem não contém as lágrimas e, furioso por estar chorando em frente à cunhada, vocifera: “---- A senhora e seu pai queriam a todo transe entregar o Sobrado pros Amarais. Está vendo agora o que aconteceu? Foi ou não foi como le disse?” (p.665), ao que Maria Valéria responde apenas que Alice precisa de um médico com urgência. A virilidade, a coragem, a honra e o orgulho de Licurgo também definham como sua mulher, e o gesto de manter a cabeça ereta ao atravessar a praça, entre mortos, e dirigir-se à intendência para ocupar o seu lugar, já não significa um desfecho digno de um herói.

Alice, finalmente, é atendida pelo Dr. Winter enquanto Licurgo se dirige à Intendência para retomar seu posto. E as coisas tomariam o rumo da normalidade, não fosse Fandango descobrir o velho Florêncio morto em sua cadeira. Cumpre logo a uma das personagens mais alegres da narrativa dar a notícia da morte do velho à família. Adiado o mais que pôde a tarefa,

Fandango se questiona sobre a utilidade de informar o ocorrido à velha Bibiana que, afinal, está “catacega” e “caduca”.

Ao entrar no quarto, Fandango encontra Bibiana perdida em suas lembranças. Esta nem reage à notícia de que acabara o cerco ao Sobrado, apenas se dá conta de que lá fora o vento está soprando... Certamente a velha lembra do que sua avó, Ana Terra, costumava dizer: “Sempre que me acontece alguma coisa importante, está ventando.” (p.73).

É emblemático o fato de *O Continente II* terminar com uma vitória questionável, uma vez que Licurgo já havia decidido entregar-se quando recebe a notícia de que acabara o cerco, e, especialmente, com a morte de Florêncio que, segundo o Dr. Winter, era o homem que melhor representava o tipo gaúcho. Sem dúvida, é o início da degradação da família Terra Cambará; o início do processo de declínio da sociedade gaúcha tal como era estabelecida e a derrocada da imagem de um gaúcho heróico, que voltará a ser resgatada nos anos 40 do século XX.

Não é por acaso que, ao final de *O Arquipélago*, é justamente uma personagem também nomeada Floriano quem juntará as duas pontas da história para concretizar plenamente a circularidade da narrativa. Segundo Ronaldo Machado:

Em *O Arquipélago*, a similaridade entre autor e personagem, dada pela revelação de Floriano como narrador da trilogia, o que num primeiro momento parece ficar na superfície da circularidade estrutural da narrativa, em verdade demonstra o que a trilogia tem de mais fundamental: o amadurecimento de uma consciência sobre o fazer literário que se revela no ato de sua própria criação e a percepção do universo romanesco como um mundo onde a palavra do autor, progressivamente, cede lugar à palavra do herói, o qual crescentemente problematiza a relação Literatura/história. (MACHADO, 2005, p. 4).

A referida problematização costura todo o romance, em especial *O Continente*, e possibilita discutirmos questões como a identidade sul-riograndense. Também podemos dizer que tal problematização é potencializada através dos capítulos Intermediários desta primeira parte da trilogia, dos quais nos ocuparemos a seguir.

### 3. O PARALELO DA HISTÓRIA

Após a análise dos capítulos que compõem a primeira parte da trilogia, cumpre-nos ainda analisar os capítulos Intermediários, que convencionaremos chamar de Coro, num claro empréstimo do que já vem sendo utilizado pela crítica a respeito da obra.

Estes capítulos Intermediários, a exemplo do Coro na Tragédia Grega, podem vir a representar simbolicamente a coletividade e reafirmar, como observou Hegel em seus estudos sobre a tragédia, o crescente distanciamento na relação social: “o conflito entre o herói aristocrático e a comunidade plebéia.”<sup>19</sup>

No caso da tragédia, esta oposição punha em evidência a figura do herói uma vez que ele era levado pelas circunstâncias a um processo de vitimização, o que o deixava com crédito junto à platéia. Já no caso dos referidos capítulos, esta relação não é tão clara; entretanto, ainda assim, podemos defini-los como a voz dos excluídos, das personagens que não são protagonistas nem têm acesso ao fechado círculo aristocrático dos que detêm poder e patrimônio. A voz dos que estão à margem da História, cujas ações poderiam ser descritas no “enquanto isso” das histórias em quadrinhos, e exemplificam vivamente a técnica do contraponto utilizada por Erico por influência de Huxley.

(19) Referência: consulta ao site [www.educatererra.com.br/voltaire/tragediagrega](http://www.educatererra.com.br/voltaire/tragediagrega) em 19/06/05.

Mesmo o então Tenente Rodrigo Cambará, ao ser brevemente citado em um deles, ainda não é o Capitão Rodrigo Cambará que chega a Santa Fé anos mais tarde e que terá, então, um capítulo só para si.

Feita a ressalva, temos José Borges, Chico Rodrigues, um viajante (botânico francês, não nomeado), os Caré, os imigrantes alemães, Dona Picucha Terra (e a visão da mulher sobre a guerra), novamente os Caré (e desta vez, a visão dos desvalidos sobre a guerra), José Fandango e sua opinião sobre os diferentes tipos de gaúcho, Maneco Lírio e seu filho Liroca (personagem que aparecerá também em *O Sobrado*) e, finalmente, os Caré e a crítica à modernidade no campo.

Todos esses capítulos Intermediários fazem coro para denunciar ou criticar uma situação estabelecida. Através da opinião de suas personagens, é delineado o contorno de uma História paralela que não é aquela dos capítulos principais<sup>20</sup>, mas que cumpre a função de preencher as lacunas daquela e, portanto, de possibilitar múltiplas leituras.

A arquitetura destes capítulos revela-nos a circularidade da obra. Se observarmos com cuidado, veremos que todas as personagens apresentadas demonstram, através de seu próprio discurso ou através do discurso do narrador acerca da personagem, sua opinião a respeito de dois assuntos fundamentais: os diferentes tipos humanos que vivem no Continente (seus costumes e suas agruras) e a Guerra.

(20) Assim chamados por sua extensão, pela atribuição de um título e pela apresentação de personagens protagonistas da história.

A voz que se sobressai, se levarmos em consideração a totalidade destes capítulos, é a da linhagem dos Caré, ou os que modernamente chamamos de “sem terra”: o homem pobre, sem instrução, que vive sem rumo pelos campos ou se agrega a alguma propriedade, trabalhando, muitas vezes, pela comida necessária à subsistência de sua família, geralmente numerosa.

É importante notarmos que, mesmo que uma das descendentes da linhagem empreste seu nome a um dos capítulos principais, como é o caso de *Ismália Caré*, ainda assim ela não é alçada ao lugar dos que ocupam o centro da narrativa. A moça figura como amásia de Licurgo Cambará, relação iniciada após um estupro e da qual não consegue livrar-se devido à fraqueza e ignorância atribuídas a estas personagens, como resultado dos problemas sociais já desencadeados na província.

Uma vez feitas as considerações iniciais, passemos à análise dos referidos capítulos que aparecerão na mesma ordem em que são apresentados no romance.

#### *O CONTINENTE I:*

#### *CORO I (ENTRE A FONTE E O SOBRADO II)*

Este trecho dá conta das personagens José Borges e Chico Rodrigues. O primeiro, português, vem para o Brasil com a mulher e os cinco filhos. Sofre com a fome, a febre, a peste e a morte em sessenta dias de travessia. Fixa-se com sua família em Viamão. O segundo vem do planalto de Curitiba, passa por Laguna, em direção do Rio Grande de São Pedro. Não conhece bem suas

origens e vaga pelo mundo “desde que se conhece por gente”. Sua fama se espalha pelos rincões:

E nos anos que se passaram não houve quem não conhecesse no Continente de São Pedro a fama dum tal Chico Rodrigues, chefe dum bando de arrieiros, e que não respeitava a propriedade de El-Rei. Apossava-se de terras sem requerer carta de sesmaria, assaltava tropas, roubava gado, andava sempre com uma índia na garupa e quando alguém num povoado ou estância bradava: Aí vem o Chico Rodrigues! A gritaria começava, as mulheres fugiam para o mato, os homens pegavam nas espingardas, era um deus-nos-acuda. O Comandante do Presídio pôs-lhe a cabeça a prêmio. (p.64).

Chico Rodrigues representa, na verdade, a primeira acepção da palavra gaúcho, não a de herói, mas a de pilhador, mau-caráter, forasteiro. O que é macho destemido, mas que não tem honra:

As Campinas andavam infestadas de aventureiros, fugitivos do Presídio e da Colônia do Sacramento, homens sem lei e sem pátria, homens às vezes sem nome. E era com gente assim que Chico Rodrigues engrossava seu bando. (p.64).

E são esses homens que traçam o primeiro esboço do território rio-grandense: “As patas de seus cavalos, suas armas e seus peitos iam empurrando as linhas divisórias do Continente do Rio Grande de São Pedro. (...) A fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira.” (p. 65).

Já José Borges é português e representa aqueles que trabalham nas lavouras de trigo de sol a sol ou “mourejam” nas oficinas, enquanto suas mulheres curtem o couro, lavam, cozinham, fiam, tecem e cuidam dos filhos em casa.

Homens como Chico Rodrigues não entendem como um povo pode levar uma vida assim como a dos portugueses, sem maiores prazeres, com

tanto trabalho, sempre no mesmo lugar, a fazer as mesmas coisas. Homens como Chico Rodrigues são personagens que têm seus cavalos, suas lutas e sua liberdade, mas desejam mulheres claras como a filha de José Borges, Maria Rita, pois estão cansados das mulheres morenas de sol do Continente<sup>21</sup>.

O narrador faz uma reflexão acerca destes homens sem lei, que vivem no Continente: “Muitos requeriam sesmarias. Outros roubavam terras. Ladrões de gado aos poucos iam virando estancieiros.” (p. 64). Chico Rodrigues também se cansa da vida de aventureiro e pensa em formar família, requerer sesmaria e virar estancieiro; decide chamar-se dali em diante Chico Cambará, uma árvore forte, que vê à beira do caminho, forjando assim uma nova identidade, como foi forjada a identidade do gaúcho heróico.

O estranhamento a respeito do modo de vida dos portugueses por parte dos gaúchos pilhadores e aventureiros é uma antecipação do que Rodrigo Cambará sentirá em Santa Fé a respeito de seu povo. É uma das diferenças entre os Terra e os Cambará. Os Terra, telúricos, antibélicos, trabalhadores da terra, taciturnos em sua maioria. Os Cambará, andarilhos, aventureiros, guerreiros e vivazes.

(21) Uma das correntes de interpretação acerca da imigração defende a tese de que um dos objetivos da Corte ao incentivar a imigração de raças brancas (alemães e italianos) para o Brasil era o de “branqueamento” do povo brasileiro.

## CORO II (ENTRE ANA TERRA E O SOBRADO III)

Neste trecho do romance aparece o olhar do “outro”, do estrangeiro sobre as gentes e os hábitos do Continente. Um botânico francês<sup>22</sup>, personagem não nomeada, reflete sobre os costumes, as características e as misérias dos continentinos: “Observo que quanto mais simplicidade de maneiras imprimo a meus atos, menos deferência recebo.” (p. 153). E prossegue registrando a hierarquia social criada em função do militarismo e, principalmente, a miséria dos “gaúchos sem cavalo, sem armas, sem botas, sem nada (...)”. (p. 153); uns pobres-diabos, a exemplo de João Caré (que bem poderia chamar-se Jeca Tatu)<sup>23</sup>, representante dos que não têm origem, nem paragem, nem razão. É feito o relato da miséria que acompanha a família em sua descendência: a filha prostituída e o neto, Mingote Caré, filho sem pai.

De seu às vezes nem um nome tinham. Donde vinham? Ninguém sabia ao certo nem procurava saber. Alguns haviam nascido de chinas ou bugras que dormiam com tropeiros, ladrões de gado, carreteiros, buscadores de ouro e prata, preadores de índios. Outros eram sobras de antigas bandeiras, retirantes da Colônia do Sacramento, escravos foragidos, desertores do Regimento de Dragões, castelhanos vindos do outro lado do Uruguai, das planuras platinas: gente andarenga sem pouso certo, mamelucos, curibocas, cafuzos, portugueses, espanhóis. (p. 154).

(22) Através da aparição deste viajante que registra suas impressões acerca dos costumes dos Continentinos, podemos afirmar que o autor reconhece como fidedignas, fontes só recentemente aceitas pela historiografia, como as anotações de Saint-Hilaire, por exemplo.

(23) A personagem Jeca Tatu, criada pelo escritor Monteiro Lobato em 1914, representava também o tipo desvalido e miserável que é João Caré, um brasileiro sem eira, nem beira, andarilho que não consegue transformar seu destino. Jeca Tatu, que primeiramente é considerado apenas um preguiçoso, é justamente revisto por Lobato que, mais tarde, cura-lhe as doenças (motivadoras de sua inércia) e o transforma num rico fazendeiro. Já a linhagem dos Caré não tem igual desenlace, o máximo que atinge é viver como agregada na fazenda do Angico, propriedade dos Terra Cambará.

Ou seja, se a identidade de um povo é construída através do “outro”, da noção de alteridade, não podemos entender como o “outro” os gaúchos que atravessaram as fronteiras para “sentar poeira nestas paragens”, afinal eles representam, depois de décadas de história, nós mesmos.

Ainda neste Coro surgem também os imigrantes alemães e o relato de como estes foram se amalgamando à terra aonde chegaram, continuando, assim, a montagem da cena identitária, da origem plural dos continentinos:

Não gosto de charque nem de pão de milho nem de feijão com arroz. Quem me dera ter batatas, sauerkraut, pão de centeio e alguns litros de cerveja!

Willy experimenta o mate chimarrão, queima a língua, cospe longe a água verde e amargenta. Mas Hans o ferreiro prova e gosta, veste chiripá, se amanceba com mulata e, vergonha da colônia, muda de nome: é João Ferreira. (p. 156).

E, ao término da fina costura desse intermeio, é exposta a revolta dos gaúchos, pobres andarilhos, ao verem a prosperidade dos imigrantes alemães de São Leopoldo.

Há, ainda, uma rápida referência a um “ta” Tenente Rodrigo Cambará que, estando na guerra “por farra”, recebe medalha e é promovido a Capitão, ao passo que os Caré, que foram para a guerra “maneados” como “voluntários”, sem nem entenderem os motivos da luta, sequer recebiam soldo e, ainda, muitas vezes voltavam para casa (quando tinham uma) com os corpos mutilados.

CORO III (ENTRE *UM CERTO CAPITÃO RODRIGO E O SOBRADO IV*)

Neste trecho do romance, o narrador nos conta de Dona Picucha Terra Fagundes, filha de Horácio (irmão de Ana Terra). Dona Picucha recebe um visitante não identificado (que pode também ser o leitor) e conta suas impressões sobre a Guerra dos Farrapos. Segundo ela, fora uma guerra longa e difícil, “Mas dela saímos limpos, passamos todas as provas, honramos nosso povo.” E ressalta que mesmo do lado inimigo havia muita gente decente, pois todos eram do “mesmo sangue.” (p. 313).

Dona Picucha já é depositária de uma identidade orgulhosa, pautada nas façanhas militares, preocupada em salientar a unidade identitária existente mesmo entre os inimigos, pois eram o mesmo povo gaúcho, apesar de estarem em lados opostos. Oferece ao visitante um jornal que seu filho mandara da guerra com o manifesto do Presidente, de 1838:

Eramos o braço direito e tão bem a parte mais vulneravel do Imperio. Agressor ou agredido o Governo nos fazia sempre marchar à sua frente: disparavamos o primeiro tiro do canhão, e eramos os ultimos a recebe-lo. Longe do perigo dormião em profunda paz as mais Provincias, em quanto nossas mulheres, nossos filhos e nossos bens, presa do inimigo, ou nos erão arrebatados, ou mortos, e muitas vezes trucidados cruelmente<sup>24</sup>. (p. 314).

No presente manifesto, podemos mais uma vez observar a circunstância de exploração que os Continentinos afirmavam sofrer em relação à Coroa. Sentimento já externado no discurso de Juvenal Terra, ao referir a situação em que se encontravam os habitantes do Continente a partir das ações do governo central.

(24) Citação grafada conforme o português do século XIX, reproduzido no romance.

Também podemos observar que há uma diferença em relação à visão de Dona Picucha e a de outras mulheres, como Ana Terra e Bibiana, a respeito da guerra. Picucha (que também é uma Terra, embora tenha sido criada pelo pai, Horácio, longe do avô paterno) não privilegia o cultivo da terra em detrimento da luta pelas fronteiras, ao contrário, vê-se no discurso da senhora um orgulho pelo trabalho e pela valentia dos soldados. Podemos afirmar que seu discurso se aproxima do discurso “masculino” sobre a guerra, uma vez que sua visão vai ao encontro da visão de Capitão Rodrigo ou de Fandango, por exemplo. Entretanto, não devemos nos confundir com o traço “masculino” que também encontramos em personagens como Ana Terra, Bibiana e Maria Valéria; a força dita masculina não é prerrogativa do homem no Continente. A esse respeito, é interessante ressaltarmos as observações do crítico e professor Guilhermino César ao afirmar que “enquanto o marido guerreava, a gaúcha cuidava da educação da prole, representava o ausente em seus negócios, punha, dispunha, sem temer a masculinização temporária”. (CESAR, 1994, p. 92). O que difere Picucha Terra de Ana, Bibiana e Maria Valéria não é a força “masculina” - nisso são semelhantes -, mas o discurso sobre a guerra.

#### CORO IV (ENTRE A *TEINIAGUÁ* E O *SOBRADO* V)

Este Coro denuncia a situação dos Caré, representantes dos pobres e desvalidos do Rio Grande, especialmente a de Chiru, descendente de Mingote Caré, e o que tem a maior família, ou seja, mais filhos para abastecer o exército da Província.

Há aqui uma reflexão do que representa a guerra para os homens verdadeiramente miseráveis do Continente: representa alçá-los, muitas vezes, à condição humana. Apesar de não terem a consciência dos motivos da guerra e não mais que uma pálida idéia de seus ideais, usar uniforme

significa pela primeira vez a oportunidade de estarem completamente vestidos, afinal ter chapéu e coturnos nos pés é motivo de orgulho: “---- Eu só queria que minha gente me visse agora!” (p. 462).

Além disso, tinham comida, amigos e armas nas mãos – poder (sobre a vida e a morte) para brincar de Deus. Outro fator era a falsa sensação de igualdade entre os homens: Chiru fora companheiro de Florêncio Terra, sobrinho de Dona Bibiana, a dona do Sobrado e das terras do Angico onde ele, Chiru, vivia como agregado. Florêncio o tratou de igual para igual: “(...) dormia perto de mim e nunca gritou comigo” (p. 465), agradeceu-lhe pela ajuda durante um entrevero e chamou-lhe de companheiro. Enfim, Chiru Caré não tinha motivos para queixar-se da guerra:

Nunca pensei que fosse tão linda! / Era mesmo que uma festa: fandango ou puxirão. / Muita gente bem fardada / Muito cavalo e canhão / Muito barulho, tiro e grito / Muito sangue pelo chão. (p. 463).

Afinal, na “paz vivia como um bicho. Na guerra era um homem.” (p. 465).

#### CORO V (CORO ENTRE A GUERRA E O SOBRADO VI):

Aqui o autor se ocupa da popularidade do velho Fandango, representante do típico gaúcho palrador, contador de causos, e sua importância para a continuidade das tradições gaúchas, disseminadas principalmente através da sabedoria popular. Fandango é o tipo de homem que “quando pegava a palavra não entregava a mais ninguém” (p. 543), até porque tinha o dom de prender a atenção de seus ouvintes ainda que eles soubessem que “há mil modos de narrar esse mesmo ‘causo’.” (p. 549). Como já foi visto, é inegável a ligação entre esta personagem e Blau Nunes (criado por Simões Lopes Neto em *Lendas do Sul* e *Contos Gauchescos*).

Zé Fandango também tem suas teorias sobre o povo gaúcho. Tal como o Dr. Winter, Fandango arrisca uma classificação das gentes do Continente, baseada no conhecimento adquirido em suas andanças de tropeiro. Segundo o velho peão:

(...) hai gaúchos e gaúchos, nem todo o nosso povo é igual. Os da fronteira são largados, falam sempre meio gritando e com ar de provocação. Gostam de contar bravatas e de fazer gauchadas / têm mão aberta e coração grande / e assim como se espinham por qualquer coisa e querem logo brigar / em seguida ficam amigos e dão a vida por vassuncê. Os da zona missioneira são retraídos, falam pouco, não gostam de ostentação. Dão um boi pra não entrar em briga, mas depois de entrar dão uma boiada pra não sair. (p. 545).

Mas Fandango não tem o provável distanciamento crítico de Winter. Ele acha engraçados os “galegos” que vivem perto do mar, sua fala cantada, seu jeito pacato e meio sovina, no entanto reconhece que são trabalhadores. Fandango sustenta que o verdadeiro povo do Rio Grande habita “da margem direita do Jacuí, pros lados de São Borja e pra baixo na direção de Uruguaiana, Santana do Livramento, Dom Pedrito e Bagé.” (p. 545). Pois, na sua opinião, “da margem esquerda pro norte e pro mar tem gringo demais.” (p. 545).

O velho não gosta dos alemães, de sua língua, seus costumes, da cor da pele. Quanto aos italianos, ele é mais condescendente. Mas o que incomoda mesmo Fandango são as sensíveis mudanças no Continente: a influência dos imigrantes em relação à língua, às roupas, às danças e as inovações como o trem e o telégrafo. Na sua opinião, todas estas transformações de certo vão deixar os homens “mui frouxos” a ponto de, se não houver logo outra guerra, virarem todos uns “maricas”, o que poria a perder o Rio Grande para os castelhanos. O velho não concorda com Licurgo a respeito da Guerra. Apesar de estar do lado do patrão, acredita que nem todos os maragatos são bandidos, afinal trata-se de uma guerra “entre irmãos” e “há gente boa e gente ruim nos dois lados.” (p.661).

CORO VI (ENTRE *ISMÁLIA CARÉ* E *O SOBRADO VII*)

Neste capítulo, é apresentada a personagem Maneco Lírio. A ação se passa na primavera de 1893. O velho Maneco é conhecido por todos. Fora militar que lutou em várias batalhas, é valente, destemido e opiniático. Maneco Lírio é viúvo e mora sozinho, tem um único filho, Liroca (personagem que aparece em *O Sobrado*, como inimigo de Licurgo). Enquanto toma um chimarrão em frente à casa, fica a remoer suas mágoas e lembranças: as guerras nas quais lutou, as questões políticas referentes à proclamação da República e à figura do Imperador, os rumos do país. Questiona-se, também, sobre o motivo pelo qual ainda não foi para a guerra com um lenço vermelho no pescoço, afinal nem é tão velho assim...

Enquanto isso, crianças brincam na calçada e em suas brincadeiras utilizam o cancionero popular. O velho é acordado de suas reminiscências ao ouvir o trem que se aproxima, marcando o horário: seis e meia. Perto dali, Quincas Caré e sua família também vêem o trem: “Quincas cospe no chão, volta-se para a mulher e diz com ar de entendido / Esse bicho traz seca.” (p. 660).

Ocorre que muitas transformações acontecem em Santa Fé. É tão difícil para Maneco Lírio aceitar as mudanças políticas no país, quanto para Quincas Caré, em sua pobreza e ignorância, entender o progresso que chega à cidade, representado pelo trem. As gerações passam e os Caré permanecem à margem, sem acesso ao conhecimento e à distribuição de renda.

É interessante notar que já na segunda inserção do Coro (ainda em *O Continente I*) aparece a figura de Caré, personagem presente em toda a

narrativa de forma a lembrar as diferenças sociais deste estado desde sua origem e de como este problema se perpetua. Diferentemente de Jeca Tatu, o Caré (e toda a sua descendência) não recebe uma oportunidade de mudança, permanecendo na situação de miséria e inércia ao longo dos anos. De uma certa forma, o destino trágico deste herói confirma nossa tese de que os capítulos Intermediários podem ser lidos como Coro. O mais importante, contudo, é notarmos que Caré também é gaúcho, filho e produto das terras rio-grandenses, pelas quais lutou em muitas batalhas e onde também deu continuidade à linhagem, numerosa, de forma a abastecer os exércitos e as lavouras do Continente.

## CONCLUSÃO

Após a revisão teórica pertinente em relação ao tema proposto e a análise da obra em questão, restam-nos ainda algumas reflexões. Acreditamos que Erico Verissimo contribui para uma busca identitária como *processo*, de acordo com as colocações de Zilá Bernd,

em permanente movimento de construção/desconstrução, criando espaços dialógicos e integrando a trama discursiva sem paralisá-la. (...) concebido como continuidade, como síntese inacabada, o conceito de identidade se sustenta logicamente e se revela extremamente útil para iluminar a leitura de textos que, produzidos em situações de cruzamento e de dominação cultural, procuram reencontrar ou redefinir seu território. (BERND,1992, p.16).

Ou seja, o sentimento de pertencer a algum lugar, como marca de origem e, por extensão, de cultura nacional, que registra e exprime o fato de o sujeito pertencer a um determinado país, estabelecendo, assim, “uma estreita relação entre identidade e contexto” (CARVALHAL, 2003, p. 53), é registrado no romance sob várias formas, sem o privilégio de uma dada identidade única e original.

Conforme Cassirer,

A interpretação mítica só capta originariamente o grande antagonismo qualitativo básico entre luz e sombra, e de como os manipula como uma única essência, como um todo complexo, do qual só paulatinamente irão emergindo configurações isoladas individuais à medida que vai colocando progressivamente essas diferenças, à medida que as vai 'segregando' da unidade indiferenciada de uma percepção originária. (CASSIRER, 2003, p. 28).

Neste sentido, Erico nega o mito ao expor as variações identitárias dentro do romance. Tais variações são perceptíveis de muitas formas. Não há dúvida, por exemplo, de que a variedade de etnias influenciadoras de nossa cultura ganhou contorno definitivo com *O Tempo e o Vento*.

Se partirmos da consideração de Pierre Brunel de que existe “até, em alguns modernos, a idéia de que a literatura é a adversária do mito. Não mais porque a carga literária o enfraqueça, mas porque nela o mito se desvaloriza”, para mais tarde sublinhar que “a literatura é o verdadeiro conservatório dos mitos” (BRUNEL, p. XVII), poderemos chegar a um meio termo, como a aferição de que a literatura possa ser campo fértil para a reflexão a respeito dos mitos, seu reforço ou sua degradação. Da mesma forma, podemos pensar que a interpretação da obra literária em questão deva ser outra que não a do viés mitológico, mas quem sabe o de sua desconstrução.

Não nos esqueçamos, entretanto, que a estrutura do romance – capítulos cronologicamente alternados – nos obriga a uma leitura concomitante do passado e do presente. Então, se por um lado temos a possibilidade de um desenvolvimento diacrônico da representação da identidade gaúcha, e assim assistimos a uma certa “decadência” do mito do gaúcho, por outro, somos obrigados a carregar o passado até o final do romance, numa leitura sincrônica do funcionamento do mito.

Podemos afirmar que a representação histórica (e ideológica) da identidade do gaúcho enquanto herói, macho, mulherengo e livre, é desconstruída por Erico Verissimo em *O Continente*, na medida em que, com o passar das gerações, a figura do Capitão Rodrigo cede lugar a de personagens como Bolívar ou Licurgo, além de figurarem as mulheres que, de uma forma ou outra, também estão na “peleja”. Mesmo que pensemos somente no Capitão, o mito não se sustenta. O herói gaúcho é invencível, corajoso, honrado, “cumpridor” de seus deveres, apegado à família e temente a Deus e às leis dos homens; o macho gaúcho não chora, não bate em mulher e em homens mais fracos ou desarmados, mesmo sendo inimigos. Tais características fazem parte do código de honra continentino.

Rodrigo de certa forma corresponde ao modelo mítico de bravura do herói clássico, mas não na sua totalidade. As origens de Rodrigo são duvidosas, muito provavelmente seu pai era pilhador e mau-caráter. O Capitão é um homem que chora, que é capaz de desertar se não estiver de acordo com as ordens superiores, que não se envergonha de contar que apanhou de outro homem e que joga truco enquanto a filha morre em casa. Rodrigo costumeiramente trai Bibiana e não aprecia trabalho que não diga respeito à guerra. Igualmente, Bolívar e Licurgo se distanciam moderadamente do modelo heróico; ainda assim, é Licurgo a personagem que melhor representa o macho gaúcho, embora seu caráter revele interesses políticos por trás de atos aparentemente generosos e libertários.

A própria crítica a respeito de *O Tempo e o Vento* sinaliza, embora de maneira tímida, este traço antimachista da obra. É Tristão de Athayde quem primeiro alerta para esta característica, seguido por Guilhermino César:

Entre outros méritos, esse romance-rio teve a originalidade, já acentuada por Tristão de Athayde, de se opor frontalmente ao machismo. Ao contrário do que fora até então praticado pela maioria de nossos prosadores, antes de 30, quando o caudilho, o herói carismático, em suas diferentes versões, ocupava um lugar privilegiado na ficção sul-rio-grandense. (CESAR, 1994, p. 153).

A Guerra é um bom viés para pensarmos estas múltiplas identidades do povo gaúcho. A construção do romance revela-nos “linhagens” de diferentes opiniões a respeito da guerra. Ora, estando o Rio Grande do Sul em situação geográfica de embate pela defesa e conquista territorial, a História deste estado é alinhavada por episódios de luta. Ao longo do romance, percebemos que o posicionamento das personagens acerca do assunto é revelador também de sua identidade.

As mulheres, por exemplo, além de participarem da guerra como bem lembra Maria Valéria, também sabem lutar numa outra guerra: a da conquista, a do poder emocional, físico, material, a do poder sobre outras pessoas. Nessa guerra não é preciso força, bons cavalos, armas brancas ou de fogo, mas a inteligência, o bom-senso e, principalmente, a paciência (arma que a mulher aprende com a guerra dos homens) são indispensáveis. Mesmo entre as personagens femininas vemos diferentes posições sobre o assunto. A fala “oficial”, ou seja, aquela dos capítulos principais é de que as mulheres são antibélicas quando se trata da Guerra dos homens (pela formação e manutenção das fronteiras). Podemos perceber essa opinião nos discursos de Ana Terra, de Bibiana e de Maria Valéria, por exemplo; mas ao tratarmos da Guerra que ocorre dentro do Sobrado (entre nora e sogra), o ânimo de Bibiana é outro; ela recorre a todas as armas para vencer a Guerra e se tornar a senhora do Sobrado e do Angico e manter o domínio sobre o neto Licurgo. A fala extra-oficial, ou seja, a dos capítulos Intermediários já é diferente, Dona Picucha, por exemplo, tem um discurso que é quase masculino a respeito da guerra: a velha sente uma espécie de orgulho da atuação dos soldados, apesar de reconhecer a crueldade da batalha.

Quanto aos homens, através da análise da obra, podemos perceber que a linhagem “pura” dos Terra é antibélica. Rodrigo é completamente guerreiro, sente prazer na luta. Já Bolívar e Licurgo brigam mais por obrigação e orgulho do que por prazer. Do mesmo modo como acontece ao discurso feminino, os capítulos Intermediários trazem uma outra interpretação dos fatos, também em relação ao discurso masculino. Como o Coro da Tragédia Grega, surgem vozes excluídas da História que divergem sobre a guerra: são as vozes dos imigrantes, dos viajantes estrangeiros, dos pobres e desvalidos, olhares de fora e de dentro sobre a identidade gaúcha.

Estes capítulos Intermediários são muito importantes exatamente por trazerem o outro lado da História dita oficial, é através deles que o autor constrói o painel mais significativo e mais plural em termos de identidade. Se nos capítulos principais o autor até nos dá pistas do que é realmente importante nesse sentido, especialmente a partir das falas de Fandango, de Padre Lara e do Dr. Winter, é nos capítulos Intermediários que o discurso se faz explícito e direto.

Se é verdade que a literatura - como representação social que é - é capaz de mais que representar uma identidade, construí-la (ou desconstruí-la), a contribuição de Erico Verissimo, em *O Continente*, é irrefutável, pois organiza num mesmo espaço (ainda que não num mesmo tempo) o constructo e o desconstruto.

Sabemos que há uma grande necessidade de construirmos uma razão que justifique a existência humana tal como ela é. Segundo Jung, “a falta de significado inibe a totalidade da vida, e portanto equivale à doença. O significado torna muitas coisas suportáveis – talvez tudo.” (Apud BIERLEIN, p. 304). Esta idéia pode explicar como e por que somos gaúchos, tendo essa identidade heróica, mesmo que forjada. Para Jung, o homem que não acredita no mito “é como uma pessoa desenraizada, sem um verdadeiro vínculo com o

passado, ou com a vida ancestral dentro dela, ou ainda com a sociedade contemporânea.” (JUNG apud BIERLEIN, p. 272).

Também Eliade reforça a idéia de que “o homem, ainda que escape a tudo mais, fica irremediavelmente preso às suas intuições arquetípicas, criadas no momento em que tomou consciência da sua situação no cosmos” (Eliade, 1993, p. 354), talvez por isso, seja tão difícil escaparmos, nós os gaúchos, de tal comportamento mítico, ainda que o mesmo tenha sido forjado ideologicamente e com objetivos políticos específicos, ainda mais, tendo sido respaldado por uma tradição dita intelectualizada. Talvez sob este prisma consigamos entender o motivo pelo qual, num painel tão rico e variado da identidade sul-rio-grandense, sobressaia-se, para boa parte da crítica, a figura de Capitão Rodrigo, um herói tão incongruente. Talvez por esta via consigamos explicar o motivo pelo qual, como diz Sandra Pesavento, o gaúcho ainda “teime” em acreditar no mito do herói.

Se, por um lado, a literatura, especialmente a épica, assim como o romance, está estreitamente ligada à mitologia e aos comportamentos míticos, prolongando-os de certa forma; de outro, a literatura cumpre, também, o papel de questioná-los e, por vezes, pô-los por terra. Neste sentido, Erico Verissimo escreve uma História ao avesso da dita oficial, uma História que não é pior nem melhor que a de outros povos, é apenas a nossa, com os erros e os acertos que a verdadeira História contempla.

## REFERÊNCIAS

- 1) ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do Gaúcho – história e mitificação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- 2) ASSIS BRASIL, Luis Antonio de. Uma sessão histórica no Partenon Literário. In: *Anais da Província-Boi*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- 3) \_\_\_\_\_. et al. *Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.
- 4) ATHAIDE, Tristão de. Erico Verissimo e o antimachismo. In: CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). *O contador de histórias: quarenta anos de vida literária de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 86-102.
- 5) AZEVEDO, Gilmar. *Na pele da imagem: o mito do gaúcho em “O Tempo e o Vento”*. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.
- 6) BENTANCUR, Paulo Roberto Ribeiro. (Org.) et al. *Grandes Personagens da Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Plural Comunicação, 2003.
- 7) BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1992.
- 8) BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Traduzido por Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte:

Editora UFMG, 2003.

- 9) BIERLEIN, J. F. *Mitos Paralelos*. Traduzido por Pedro Ribeiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- 10) BORDINI, Maria da Glória & ZILBERMAN, Regina. *O Tempo e o Vento – História, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (Coleção Literatura Brasileira, Série Grandes Obras).
- 11) BRAZ, Evaldo Muñoz. *Manifesto Gaúcho*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2000.
- 12) \_\_\_\_\_. *Retratos do Gaúcho Antigo – a gênese de uma cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2002.
- 13) BRUNEL, Pierre (Org.). *Dicionário de Mitos Literários*. Traduzido por Carlos Sussekind. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio/UNB, 1998.
- 14) CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA - *Erico Verissimo*. nº 16. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2003.
- 15) CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- 16) CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada e Globalização*. In: *O Próprio e o Alheio – Ensaios de Literatura Comparada*. São Leopoldo:

UNISINOS, 2003.

- 17) CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. Traduzido por J. Guinsburg e Miriam Schnaiderman. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. Coleção Debates.
- 18) CÉSAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande – Literatura*. Organização de Tânia Franco Carvalhal. Porto Alegre: IEL/Editora da Universidade, 1994.
- 19) CHAGAS, Wilson. *Mundo velho sem porteira*. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- 20) CHAVES, Flávio Loureiro. *O contador de histórias: quarenta anos de vida literária de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Globo, 1972.
- 21) \_\_\_\_\_. *Erico Verissimo: Realismo e Sociedade*. Porto Alegre: Globo/IEL/SEDAC, 1976.
- 22) \_\_\_\_\_. *Erico Verissimo: O escritor e seu tempo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.
- 23) CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 17<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- 24) CHIAPPINI, Ligia. *Regionalismo e Modernismo – o “caso” gaúcho*. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio, 52).

- 25) CORREIO DO POVO. Porto Alegre: Caldas Júnior, 13 de julho de 1939.
- 26) DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. (Orgs.) et al. *RS Cultura & Ideologia*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. (Série Documenta, 3).
- 27) ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. Traduzido por Fernando Tomaz e Natália Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- 28) \_\_\_\_\_. *Mito e Realidade*. Traduzido por Pola Civelli. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. Coleção Debates.
- 29) FEIX, Daniel e ALBUQUERQUE, Fernanda. A invenção do passado. In: *Aplauso: cultura em revista*, ano 5, nº 46. Porto Alegre: Plural Comunicação, 2003. Páginas 28 – 34.
- 30) FISCHER, Luís Augusto e GONZAGA, Sergius. (Orgs.) et al. *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- 31) \_\_\_\_\_. *Dicionário de Porto-Alegres*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1999.
- 32) \_\_\_\_\_. *Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- 33) FREITAS, Décio. O Mito da produção sem trabalho. In: *RS Cultura & Ideologia*. Organização de José Hildebrando Dacanal. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. (Série Documenta, 3).

- 34) GOLIN, Tau. *A Ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1983.
- 35) \_\_\_\_\_. *A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tchê!, 1989.
- 36) \_\_\_\_\_. *Identidades – questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.
- 37) GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria, RS: Editora UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- 38) HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- 39) LARA, Elizabeth Rizzato. *O gaúcho a pé – um processo de desmitificação*. Porto Alegre: Movimento; Santa Cruz do Sul: FISC, 1985. (Coleção Ensaio, 34).
- 40) MACHADO, Maria Luiza Bonorino. *O mito do gaúcho em Os varões assinalados*. Trabalho apresentado no PPG em Letras, no curso Cânones e Anticânones. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- 41) MACHADO, Ronaldo Silva. *Entre a literatura e a história: 1930 em “O tempo e o vento”*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: Universidade

Federal de Santa Maria, 1999.

- 42) \_\_\_\_\_. 1930: o fardo da História. (palestra proferida no Seminário sobre o Centenário de Erico Verissimo. Porto Alegre: Instituto Goethe, Julho/2005).
- 43) MAGALHÃES, Belmira. História e representação literária: um caminho percorrido. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 6. Belo Horizonte: ABRALIC, 2002.
- 44) MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras Culturais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- 45) MASINA, Lea e APPEL, Mirna Bier (Orgs.). *A Geração de 30 no Rio Grande do Sul: Literatura e artes plásticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- 46) MAYA, Alcides. *Textos Críticos*. Seleção, organização e notas de Léa Masina. Porto Alegre, RS: Movimento; Santa Maria, RS: EDUFMS, 2004.
- 47) MELETÍNSKI, E. M. *Os arquétipos literários*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini, Homero Freitas de Andrade e Arlete Cavaliere. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- 48) MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos (1941-1959)*. 4ª ed. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2002.

- 49) MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da Literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- 50) NUNES, Zeno Cardoso e NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. 7ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- 51) PESAVENTO, Sandra Jatahy. Et al. *Erico Verissimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.
- 52) \_\_\_\_\_. *A invenção do Gaúcho*. In: Revista Nossa História. nº 2. São Paulo: Editora Vera Cruz/Biblioteca Nacional: 2003. p. 42-47.
- 53) POZENATO, José Clemente. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1974.
- 54) RAMIL, Vitor. *A Estética do Frio*. Porto Alegre: Satolep, 2004.
- 55) REICHEL, Heloisa Jochins. A identidade sul-rio-grandense no imaginário de Erico Verissimo. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria, RS: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 207-218.
- 56) REVERBEL, Carlos. *O Gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata*. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1996. (Coleção Universidade Livre).

- 57) SANTIAGO, Silvano. *Regionalismo(s): aquém e além da literatura, aquém e além do estado-nação*. (Palestra proferida no Seminário Literatura e Identidade Regional). Porto Alegre: COPESUL / Centro CEEE Erico Verissimo, 2004.
- 58) SANTI, Álvaro. *Do Partenon à Califórnia – o nativismo gaúcho e suas origens*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Série Síntese Rio-Grandense).
- 59) STEINER, George. *Duas Ceias*. In: *Nenhuma paixão desperdiçada*. Tradução de Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2001.
- 60) VERISSIMO, Erico. *Solo de Clarineta: memórias*. 16<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Globo, 1982.
- 61) \_\_\_\_\_. *A Liberdade de Escrever*. Organizado por Maria da Glória Bordini. Porto Alegre: EDUFRGS/EDIPUCRS/PMPA, 1997.
- 62) \_\_\_\_\_. *O Tempo e o Vento*. 38<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Globo, 1998.
- 63) ZATTERA, Véra Stedile. *Gaúcho*. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Pallotti, 1997.
- 64) ZILBERMAN, Regina. "O Continente": do mito ao romance. In: CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). *O contador de histórias: quarenta anos de vida*

literária de Erico Verissimo. Porto Alegre: Globo, 1972.

65) \_\_\_\_\_. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

66) \_\_\_\_\_. O tempo e o vento: mito, história, literatura. In: *Revista Nova Renascença*, v. XV. Porto: jul. 1995.

Sites Consultados:

[www.educaterra.com.br/voltaire/tragediagrega](http://www.educaterra.com.br/voltaire/tragediagrega) em 19/06/2005.

[www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia](http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia) em 30/07/2005.

**ANEXO A****(Árvore Genealógica – Arquivo Anexo)**

## ANEXO B

<b>Episódio</b>	<b>História da Família</b>	<b>História do RGS</b>
<b>A Fonte</b>	História do nascimento e infância de Pedro.	Guerra missioneira: ocupação portuguesa da região.
<b>Ana Terra</b>	Mocidade de Ana Terra e relacionamento amoroso com Pedro Missioneiro; nascimento de Pedro Terra; mudança para Santa Fé.	Imigração paulista. Pequenas X grandes propriedades. O coronelismo.
<b>Um Certo Capitão Rodrigo</b>	Chegada de Rodrigo a Santa Fé. Paixão por Bibiana Terra. Casamento e nascimento dos filhos. Morte de Rodrigo.	Guerras cisplatinas. Imigração alemã. Guerra dos Farrapos.
<b>A Teiniaguá</b>	Juventude de Bolívar Cambará. Casamento com Luzia Silva. Nascimento de Licurgo. Crises matrimoniais. Conflitos com os Amarais. Morte de Bolívar.	Guerra contra Rosas e conflitos com os países do Prata.
<b>A guerra</b>	Juventude de Licurgo. Atritos entre Bibiana e Luzia. Doença de Luzia. Permanência de Licurgo em Santa Fé.	Guerra contra o Paraguai.
<b>Ismália Caré</b>	Alforria dos escravos do Angico. Licurgo abolicionista e republicano. Conflitos com os Amarais. Noivado de Licurgo.	Campanhas abolicionista e republicana. Ascensão de Júlio de Castilhos.
<b>O Sobrado</b>	Cerco do Sobrado e vitória dos Cambarás sobre os Amarais. Vitória republicana e castilhista.	Revolução Federalista de 1893-95. Vitória do partido de Júlio de Castilhos.

(BORDINI e ZILBERMAN, 2004, p. 30).

## ANEXO C

### UMA SESSÃO HISTÓRICA NO PARTENON LITERÁRIO

O Partenon foi nossa primeira Academia de Letras, entregando-se anualmente aos Jogos Florais com um furor quase obsceno. Mas houve aquela noite inesquecível, batida pelo Minuano, no sobrado da Rua de Bragança:

“Conforme a pauta que receberam”, disse o Presidente aos seus confrades, “e em virtude do que temos debatido há cinco meses, hoje estamos aqui para finalmente decidir como será a figura literária do gaúcho. Com a palavra o nosso Secretário Perpétuo”.

“Senhor Presidente: durante a última semana”, disse o Secretário, alçando a voz, “recebemos uma série de idéias para simbolizar o gaúcho, todas mitológicas. Lerei a relação, se me permite: ‘Orfeu das Planícies’, ‘Ulisses da Campanha’, ‘Aquiles de Bombacha...’ “ (Risos na platéia)

“Aquiles de Bombacha... Quem escreveu essa estupidez?”

“Um anônimo, Senhor Presidente.”

“Siga. Peço silêncio aos senhores sócios.”

“Garanhão de Esporas...”

“Pare. Senhores: assim não chegaremos a nada. Proponho que o gaúcho seja tratado com dignidade, como verdadeiro centauro dos pampas que é.”

Alguém interrompeu:

“Pois aí está! ‘Centauro dos Pampas’. O gaúcho, a cavalo – porque jamais alguém verá um gaúcho a pé -, é um verdadeiro centauro a correr altaneiro pelos campos do Rio Grande.”

“Grato pela gentileza esclarecida. Os senhores sócios têm algo melhor a sugerir?” Ante o aplauso entusiasmado, o Presidente envaideceu-se: “Declaro então que, por aclamação, decidimos que o gaúcho, em nossos textos literários, será chamado de Centauro dos Pampas.”

“Bravo!” “É isso aí!”

“E como ele será descrito?”

“Uma vez que os escrevinhadores desses livrescos de tostão”, interveio o Secretário, “têm representado o gaúcho, o nosso altaneiro e doravante Centauro dos Pampas, como um miserável e fraco, proponho que ele seja descrito como um tipo forte.”

“Sim, e com testa ampla”, emendou um sócio.

“E nariz aquilino”, outro complementou.

“Ora, que disparate”, reclamou o Secretário, algo ríspido, “testa ampla ainda vai, mas nossos gaúchos não têm nariz aquilino.”

“Nariz grego, então?”, disse um padre ao fundo da sala.

“Nariz grego?... na Campanha?”, ironizou o Secretário.

Um pintor de naturezas mortas pediu a palavra:

“É da História que-que descendemos de gente do Arquipélago dos Açores, outrora o Con-continente perdido de Atlântida de que fala Platão, que eram todos gregos e, portanto, com seus narizes característicos.”

“Senhores”, interveio o Presidente, “proponho que se adie a questão do nariz, e que passemos a outros itens. Que tal falarmos em suas qualidades morais?”

“Isso”, “de acordo”, disseram vozes dispersas.

“O Centauro dos Pampas é leal”, falou o Tesoureiro.

“Desde quando?”, reclamou um militar do Exército, empertigando-se, “leal não foi quando se ergueu em armas contra o Senhor D. Pedro II.”

“Ao menos é... honesto”, respondeu o Secretário.

“Honesto... qual... contrabandista de mulas...”, disse um gaiato.

Calaram-se. O Presidente retomou:

“É corajoso.”

“Só quando tem uma arma”, contestou um alfaiate, “tirem a arma do gaúcho e eis um covarde. Certa vez pus um deles a correr com a minha tesoura de cortar pano.”

“É cavalheiro e gentil.”

A professora Luciana de Abreu, a única sócia-mulher da Instituição e feminista *avant la lettre*, levantou-se e, com sua vozinha de cristal, disse:

“Faz reverências às damas, mas logo manda-as para as panelas e os esfregões.”

“Eu não sou assim”, indignou-se o Presidente.

“Não é o que diz sua esposa”, falou de novo o gaiato.

“Retire o que disse.”

“Não retiro... é notório.”

Imaginemos, sem muito esforço: em meia hora a assistência desarvorava-se, corriam os insultos, voavam palavrões. A professora Luciana de Abreu e o padre retiraram-se, constrangidos.

No meio do tumulto, o Presidente, escabelado e vermelho, tangeu a campainha:

“Senhores. Para acabar com essa lambança toda, na ata constará, por vontade unânime, que o Centauro dos Pampas é honesto, leal, cavalheiro, com testa ampla...”

“e nariz a-aquilino”, triunfou o pintor de naturezas mortas.

“E com nariz aquilino. Alguém discorda? Está encerrada a sessão.”

Depois, foi o que se leu nos romances.

(ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. In *Anais da Província-Boi*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 29-34).